

COMISSÃO ESPECIAL

Resolução nº 995/2005

SEMINÁRIO REALIZADO EM 13 DE MAIO DE 2005.

Presidência dos Srs. Vereadores Jorge Felipe, Presidente da Comissão, e Eliomar Coelho, Membro da Comissão.

Às dez horas e dois minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início o Seminário da Comissão Especial constituída pela Resolução nº 995/2005, sob a Presidência do Sr. Vereador Jorge Felipe, Presidente da Comissão, “COM A FINALIDADE DE PROPOR A ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DECE-NAL DA CIDADE”.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Bom-dia a todos.

Dando início aos trabalhos do dia de hoje. Quero solicitar ao nobre Vereador Eliomar Coelho que venha integrar a Mesa e, ao Cerimonial, que conduza à Mesa os convidados palestrantes.

(O Cerimonial conduz os convidados ao recinto da Mesa)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – A Mesa está assim constituída: Sra. Regina Marconi, da ONG Santa Teresa Portas Abertas; Exmo. Sr. Vice-Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Otavio Leite; Exmo. Sr. Secretário Municipal de Trabalho e Renda, Dr. Augusto Werneck; Sr. Adhemar Mineiro, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômico (Dieese); Sr. Aloísio Teixeira, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sr. Mauro Osório, economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sra. Tâmara Tânia Cohen Egler, professora do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano, Regional – Ippur da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Indago do nobre Vereador Eliomar Coelho se deseja fazer alguma consideração inicial.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Bom-dia a todos. Gostaria de saudar os membros da Mesa e dizer que hoje, com certeza, teremos contribuições importantes em relação aos temas a serem tratados – Cultura e como Cultura significa trabalho e renda, como também a abordagem do tema Trabalho e Renda. Estamos começando e desejo um bom trabalho para todos.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Vamos iniciar os trabalhos ouvindo o Exmo. Sr. Vice-Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Otavio Leite, que terá 30 minutos para fazer sua exposição, uma vez que S. Exa. tem um compromisso pré-agendado e nos solicitou que fizéssemos essa inversão da pauta.

Então, com a palavra S. Exa., o Sr. Vice-Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Dr. Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE – Prezado Presidente deste Seminário, Vereador Jorge Felipe, que em oportuno momento, o povo da sua região houve por bem reconduzi-lo a um novo mandato – eu diria que junto com o Vereador Eliomar Coelho, V. Exas. constituem um grupo de Vereadores maduros, experimentados e que têm, por conta disso, um papel de relevância especial no trabalho desta Casa –, demais personalidades presentes, minhas senhoras e meus senhores, eu queria pedir licença a todos para invocar, na qualidade de ex-parlamentar desta Casa, um viés eminentemente saudosista. Para mim é uma honra toda especial voltar à instituição para a qual eu devo, talvez, a minha vida de homem público. Afinal, aqui eu vivi os momentos mais especiais em termos de aprendizado, de compreensão do fenômeno político da realidade sócio-econômica da nossa cidade, das complexas relações que a política enseja a todos quantos dela participam. Enfim, eu tenho, nos dez anos que vivi nesta Casa, talvez, o experimento e as lições mais ricas, que me permitiram prosseguir nessa trajetória política, representando a sociedade, parcela dela, pelo menos, na busca de contribuir ao máximo para o desenvolvimento do nosso Rio, do nosso povo.

Então, Vereador Jorge Felipe, saiba que para mim é uma fonte de profunda satisfação, mesmo que seja apenas por alguns momentos precários em tempo, mas suficientemente fortes em conteúdo, em atmosfera que me toca e me preenche a alma, agora na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, conviver aqui com vocês neste Seminário que tem o condão de discutir o Plano Diretor da Cidade, o novo Plano Diretor, a revisão do atual Plano Diretor, melhor dizendo. É uma providência que já se fazia necessária. Embora muitos já por ela tenham buscado e trabalhado, mas a essa altura da quadra da nossa história jurídica na cidade se faz mister absolutamente necessário a discussão sobre o que serão os próximos anos, do ponto de vista urbanístico, do ponto de vista do desenvolvimento urbanístico e humano da nossa cidade. Poder contribuir, modestamente, com essas reflexões, para mim, também é uma satisfação toda especial. Sendo certo que muitos do que aqui estarão, poderão com muito mais propriedade, versar e apresentar sugestões e temas para um debate com melhor alcance e melhores resultados.

Mas, eis que o Vereador-Presidente me convidou para participar desse tema, qual seja, o das Políticas de Trabalho e Renda na nossa cidade. Isso tem uma direta relação com o crescimento

econômico, ponto sobre o qual o governo da cidade tem uma específica macrofunção. O Prefeito Cesar Maia divide o seu Governo em seis macrofunções, uma delas Desenvolvimento Econômico Sustentável. A mim coube a tarefa de coordenar essa função, que agrega algumas pastas: Turismo, Desenvolvimento Econômico, o Comud, que é o Conselho Municipal de Desenvolvimento, a parte do Plano Estratégico da Cidade, também, e ainda a Secretaria de Meio Ambiente. Quando falamos de desenvolvimento econômico, no fundo, e em especial, no meu entendimento, estamos afirmando que este é o caminho, e talvez seja o único, para a superação dos perversos indicadores sociais que ainda acometem a maioria da nossa população, em termos de qualidade de vida, de direito ao mínimo de felicidade. O homem, na verdade, se formos encontrar filosoficamente a razão de ser da sua existência e a razão pela qual ele sobrevive ou vive, diríamos que a vida do homem é a eterna busca da felicidade. Ela se concretiza pelos mais variados fatores, mas ela estará absolutamente inviabilizada se o cidadão, o homem, não desfrutar, não tiver acesso a prerrogativas básicas de cidadania e de direito a usufruir dos bens da civilização, direito à moradia, ao lazer, direito a ir e vir, direito a se desenvolver como um ente indispensável a vida coletiva. Portanto, por mais que tenhamos poderes públicos competentes que procedam a políticas que consigam obter poupanças públicas, extraídas aí, nesse conceito, gastos com pessoal, gastos com custeio da administração, mas que produzam algum nível, algum percentual de poupança, esta poupança será, evidentemente, muito menor, muito aquém das gigantes demandas que se apresentam para serem enfrentadas, e dos desafios que se apresentam para serem vencidos.

No fundo, e lamentavelmente digo, essa não é uma realidade específica da cidade, pelo contrário, a cidade até tem uma saúde financeira, se comparada a várias outras no nosso país, proporcionalmente até, discutindo, tem uma saúde financeira muito melhor, mas o fato é que a nação brasileira e suas administrações, em todas as esferas, padecem dessa dificuldade. Por melhores que tenham sido os efeitos produzidos pelo advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a meu juízo, se tivesse sido implantada, no país, 30 anos antes, hoje, o país seria outro. Mas certamente, daqui a 30 anos estaremos vislumbrando uma saúde financeira, média, muito melhor, em termos de capacidade de investimento e enfrentamento dos problemas pelas administrações públicas em todas as esferas. Então, não vejo outro caminho, se não o desenvolvimento econômico para minimizar isso tudo. É o desenvolvimento que gera o trabalho, que gera renda, que gera o consumo, que gera o imposto e, por aí, gera políticas públicas, e mais poupanças para poder induções, então, tudo passa, no meu entendimento, por uma questão de se desenvolver, se aquecer o ambiente econômico. O desenvolvimento econômico pressupõe, basicamente, um: o capital. E qual a poupança públi-

ca nossa? Isso já falei. E qual a poupança do nosso empresariado brasileiro? É diminuta. O que tem acontecido no país, de dez anos para cá? E isso o atual Governo, nem os anteriores não fogem à regra? No fundo, procura-se, permanentemente, obter a atração de capitais que, uma vez introduzidos no ambiente econômico, podem gerar atividades econômicas, alimentar atividades econômicas, inovar em atividades econômicas e, portanto, gerar trabalho, renda, impostos, desenvolvimento, arrecadação e por aí vai. Então, o desenvolvimento econômico de uma cidade pressupõe, em primeiro lugar, uma identificação clara do potencial de capital imanente, existente, adormecido ou não, ou capital existente no cenário nacional, ou no cenário internacional que possam ser atraídos. Muito bem, está tudo muito claro com relação a isso, sem capital nada vai, seja público ou privado, nada vai. Aliás, o velho Marx e o Vereador Eliomar Coelho não me deixa mentir, ao contrário, haverá de me corrigir, pois sempre disse que o pressuposto é que tudo vem do econômico. O fato é que o desenvolvimento, hoje, a rigor, requer, evidentemente, uma discussão profunda sobre o viés econômico de uma sociedade, sobre o seu diagnóstico, sua realidade atual e a sua perspectiva em busca de geração de empregos, de trabalho, de renda. Então, ao se pensar no desenvolvimento econômico, sem discutir a possibilidade de geração de capital próprio ou de terceiros, é preciso agregar a isso uma outra discussão que é essa que os senhores apropriadamente vêm travando, que é sobre o planejamento urbano, ou seja, o capital aliado a uma idéia de planejamento urbano, da identificação dos vetores, da ocupação dos espaços, da definição dos zoneamentos, das vocações e que irão permitir a efetivação de um desenvolvimento econômico.

Então, é capital mais planejamento urbano. Planejamento urbano é a concepção, é o dever ser, é o sonho que se pretende realizar na prática para que a cidade supere as suas dificuldades.

Essa é uma das tarefas mais nobres que pode ser oferecida ao próprio homem e aqui, aos 50 cidadãos representantes de todos os habitantes desta cidade, na certeza de que dessa convivência compulsória dos contrários desse permanente debate associado a ausculta permanente da sociedade, pode ser gerado um caldo de Cultura que traduzido em letras jurídicas, em ordenamento urbano, leia-se uma lei do Plano Diretor, aquilo que deve ser o ideal, seja do ponto de vista de se definir as regras que têm aplicabilidade mais imediata, seja aquelas que sejam normas programáticas que pensam a cidade daqui há 10, 15, 20 anos. Esse é que é o grande desafio, pensar a cidade daqui há 10, 15, 20 anos, na certeza de que através de uma série de instrumentos jurídicos, possamos agir, agora, para que ela, no futuro, seja muito melhor do que é no presente.

Esses desafios é que fazem parte da militância política, da filosofia política. Então, o planejamento urbano, do viés do desenvolvimento econômico, e aqui eu peço licença aos Vereadores e

aos demais partícipes para dizer que o que verso meramente é uma construção, um produto de reflexões empíricas em relação ao que foi posto como tema. Diria que a cidade, no viés do desenvolvimento econômico, requer capital e planejamento urbano. Quando se fala em planejamento urbano e se mergulha nessa questão é preciso identificar vocações naturais da cidade e ao mesmo tempo identificar vocações que estão adormecidas, ou que podem ser criadas, ou que podem ser induzidas. Então, a vocação natural com a vocação induzida permitem você encontrar um elenco de providências ou de eixos sobre os quais energia, atenção, convergências, instrumentos jurídicos devem ser trabalhados, devem ser sobrepostos para que gerem desenvolvimento, para que se gerem avanços.

Aí é preciso analisar-se a perspectiva histórica da cidade. Não quero remontar muito atrás do nosso tempo, mas com a saída da capital no início dos anos 60, adveio o Governo Carlos Lacerda e foi introduzida a concepção dos distritos industriais, nós temos em Santa Cruz, em Campo Grande. Mais adiante, já no Governo do Prefeito Saturnino é que se imaginou a criação de pólos industriais. Então, quais são as vocações da cidade? Ora, os indicadores que possuímos revelam que a grande maioria do setor produtivo está no setor terciário, muito embora você tenha, no setor secundário, também uma presença – não sei se chega a 10% do PIB da cidade –, e um resquício hoje quase que inexistente no âmbito do setor primário.

E quando falamos das vocações, eu confesso aos senhores que a busca de atração de capital, a busca de atração de novos negócios deve existir como uma regra permanente, como uma cláusula inquebrantável, como uma regra pétria da finalidade da existência do município. Por quê? Porque sem isso nós não apontamos para um crescimento real na geração de empregos, na geração de renda, e por aí vai.

E quando falamos de emprego e de geração de renda, recentemente tivemos acesso a alguns dados que ilustram melhor, nos informam melhor para obtermos diagnósticos, não é? É indispensável obter-se diagnósticos, para depois identificar, sobre eles, que remédios podem ser aplicados. Mas alguns dados, a título de contribuição, me parecem úteis para este debate. Sim, está havendo um problema de informalidade na economia de quase 50% – talvez, no Rio de Janeiro, seja um pouco maior – é com certeza maior do que a média nacional.

Mas a taxa de ocupação medida pelo IBGE, por outro lado, assinala que, no Rio de Janeiro, temos uma taxa de ocupação que, em abril do ano passado, foi de 10%, e em janeiro deste ano foi de 7,4%; é uma tendência. E pesquisa é tendência. Na avaliação, é preciso sempre aquela radiografia ser comparada às anteriores, para que se verifique as tendências. As tendências são muito mais importantes do que as estatísticas soltas que nos apresentam.

Taxa de desocupação na Região Metropolitana no Rio de Janeiro. O IBGE tem esse problema. Os dados do IBGE são dimensionados e são extraídos de amostras metropolitanas. O Município do Rio, a Prefeitura do Rio têm procurado obter, do IBGE – e parece que há avanços nessa direção – recortes que nos permitam obter dados, e, por conseguinte, diagnósticos mais específicos da nossa cidade.

Então, quando falamos em taxa de desocupação de 7% na Região Metropolitana, evidentemente essa taxa, no Município do Rio de Janeiro, é menor. Porque estamos falando de todos os municípios circunvizinhos, cuja realidade sócio-econômica são realidades piores que a nossa aqui. Por outro lado, em Recife 12%, em Salvador 15,8%, Belo Horizonte 9,8%, São Paulo 11,1%, Rio de Janeiro 7,4%.

Quando examinamos o nível de composição da renda per capita do ano de 1991 e do ano de 2000 – dados mais precisos do censo –, houve evolução da renda per capita, em geral, no país. Mas quando se pega esse espectro da composição, no âmbito dessa megacidade do Rio de Janeiro, ou seja, da metrópole, das 10 milhões de pessoas, e aí me permitam um parêntesis, eu acho que esse é um dos grandes pontos que pode ser introduzido, no debate, como um *plus*, como um adicional, proveniente de um imperativo do nosso tempo. Qual seja? De examinar os interesses da Cidade do Rio de Janeiro do ponto de vista do seu planejamento urbano, sem desconhecer esse entorno todo que compõe a Cidade do Rio de Janeiro, uma megaregião, intitulada Grande Rio, e aí falamos de 10 milhões de pessoas, e sobre elas somos 6 milhões, 5,8.

Quer dizer, eram 5 milhões e 800 no Censo de 2000, nascem 100 mil pessoas por ano na cidade, morrem 50, tem um *plus* de 50, de crescimento. Então, de cinco anos para cá teríamos, pelos dados do IBGE, numa projeção – acho que não seria falha – a capacidade de afirmar que somos, hoje, um pouquinho mais de 6 milhões de pessoas.

Embora, há um dado interessante nisso, que o censo revelou e os dados da Secretaria de Saúde também informam que esses 100 mil nascimentos/ano, nos últimos dois anos caíram, curiosamente, para 85 mil, então, você tem um *plus* de 35 mil, 40 mil pessoas/ano.

Muito bem, é uma discussão complexa porque é preciso imaginar o crescimento real da população, o crescimento vegetativo, taxa de fecundidade, e o crescimento do PIB para chegar a uma equação, o que cresceu em valores reais. Enfim, o que importa é examinar um dado e esse dado é útil.

Renda per capita: o Rio de Janeiro tinha em 1990, 454; passou para 596; houve um crescimento real. Niterói é a cidade do Estado que tem o IDH melhor, sem dúvida, e nós sabemos que pelas razões inerentes àquela realidade isso é um dado importante. Abstraindo Niterói, 800; Rio de Janeiro, 600; Tanguá, 180; Bel-

ford Roxo, colado, 182; Japeri, 156; essas são as disparidades dessa megaregião, desses 10 milhões de pessoas. Pouco PIB do nosso município e aí o PIB do IBGE nos informa, a cada ano, há uma discussão sobre os insumos e os fatores que informam um PIB; o Brasil, 1 bilhão 300 e tantos bilhões; o Rio de Janeiro, 170 bilhões; o Município do Rio de Janeiro, 62 bilhões, mantém uma média de 99 a 2002 do percentual que é o estado, é lógico, o estado como um todo. É preciso considerar o incremento da indústria do petróleo que fez o Estado do Rio de Janeiro se alavancar em relação ao seu PIB, mas, de qualquer maneira nós temos, no Município do Rio de Janeiro, 62 bilhões de PIB. Mas quando você vai para o PIB per capita nessa Região Sudeste é curioso observar que Vitória cresce bastante; você tem um PIB per capita de 22 mil/ano; o Rio de Janeiro de 10 mil e 500/ano; o Município de São Paulo/13 mil, Belo Horizonte/8 mil e 700; é um dado interessante. Eu tenho aqui alguns gráficos que, talvez, sejam úteis para a Comissão.

Os indicadores de pobreza, e aí o Atlas do Desenvolvimento Humano nos apresenta, constitui-se num conjunto de informações que identifica indigentes, pobres, crianças indigentes, crianças pobres, intensidade de pobreza e chega a um índice X que classificamos de intensidade e pobreza, e nesse ponto precisamos nos deter porque, no fundo, no fundo, todos estamos aqui para contribuir para uma sociedade mais justa, mais igual, mais fraterna, temos que combater a pobreza, etc.

O número de indigentes em Japeri, por exemplo, cresceu de 15% para quase 20%; Nilópolis cresceu de 5 para 7%; no Rio manteve-se estável 5,6 para 5,7, mas o número de pobres, por exemplo, em Tanguá é de 30% da população; de indigentes é 12% da população, o número de crianças – estou pegando alguns dados aleatórios para os senhores terem uma idéia – o número de crianças pobres em São Gonçalo, praticamente, mantém-se estável, 33 para 29% em dez anos, então, você tem um número de crianças pobres em Magé, em torno de 52% e no Rio de Janeiro o número de crianças pobres está na ordem de 23%.

Os dados que me chamaram a atenção, o IDH do Rio de Janeiro – o de Niterói é superior, evidentemente, e é um dos principais do país – vem crescendo, isso é importante porque há uma tendência interessante de ser observada porque de 10 anos para cá passou de 0,7 para 0,84; então houve um crescimento.

O índice de desenvolvimento, o IDH, no país, como um todo, logicamente há eixos menores, ou focos menores, incidentalmente, em que houve decréscimos, mas você teve, em dez anos, alguns avanços indiscutíveis, em relação à retaguarda social, sem dúvida nenhuma. Mas, enquanto o nosso IDH é, praticamente de 0,8; Tanguá é 0,5; Itaboraí é 0,59; Magé é 0,59; Belford Roxo é 0,59; Quer dizer, a disparidade é indiscutível. E quando você vai para o IDHN, ou seja, um outro dado extraído do IDH geral, no que concerne à Educação, você vê que houve um avanço impor-

tante em 10 anos na universalização do ensino, o que não quer dizer que houve avanço na qualidade de ensino porque a questão da qualidade é uma outra discussão. No acesso à escola foi detectado no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, observamos crescimentos nessas cidades, por exemplo: Tanguá: de 0,7 para 0,8; ou melhor, 0,6 para 0,8 é um incremento de quase 30% em IDH. Isso é válido no que diz respeito à Educação.

E, aí, permita-me um outro parênteses: indiscutivelmente, a introdução do Fundef, a Emenda Constitucional nº 14 foi uma espécie de revolução silenciosa do ponto de vista de se oferecer a um setor indispensável para a sociedade, não há caminho para uma sociedade melhor sem Educação massificada de qualidade, universalizada de qualidade, mas o Fundef foi importantíssimo. Em 1998, quando foi introduzido, já permitiu que em 1999 nós tivéssemos, talvez, líquidos, recursos inseridos no Orçamento da Cidade do Rio de Janeiro. Eu sei que no ano passado, se não me falha a memória, foram 590 milhões o Fundef líquido da Cidade do Rio de Janeiro, quer dizer é um grande capital sem trabalho, digamos. Mal comparando, o fato é que foi uma receita introduzida na Cidade do Rio de Janeiro, mercê das obrigações de cuidar de 750 mil alunos da Rede Municipal, 1.054 escolas. Mas o Fundef é um dado importante para ser observado.

Outra informação interessante é o analfabetismo funcional, que é um drama. E aí tem uma seqüência de pessoas de 10 a 14 anos, de 15 a 17 anos, desse grupo da sociedade, que ainda não tem sequer quatro anos de estudos, ou seja, não conseguiu concluir o primeiro segmento do Ensino Fundamental.

No Rio de Janeiro, para se ter uma idéia, há 10 anos, 50% dos jovens, entre 10 e 14 anos, não tinham completado quatro anos de estudos. Em 2000, isso baixou para 37%. Ainda é um número alto, mas já foi muito pior. Aí, você vai de 15 a 17 anos baixa para 13, depois, 13 em 1991 e agora são 6%. Mas, em Tanguá, em 1991, 80% dos jovens, entre 10 e 14 anos, sequer tinham concluído os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental. Isso baixou para 53%, que ainda é uma taxa elevadíssima. Mas, se nós observarmos o percentual de 15 anos ou mais, com menos de quatro anos de estudos, você conclui que ainda assim 37% da população de Tanguá, acima de 15 anos não completaram quatro anos de estudos; no Rio de Janeiro, 12%; em Itaboraí, 29; em Japeri, 29.

Desculpe-me, mas eu confesso que, forçosamente, estou a comparar, porque é indispensável discutirmos a Cidade do Rio de Janeiro no viés macrourbano.

A taxa de fecundidade, em 1991, entre mulheres e a questão da gravidez precoce: em 1991 não foi medido pelo IBGE e no ano de 2000 foi medido. Mas, há, evidentemente, uma curva de diminuição de filhos por mulher no país e, em especial, no Rio de Janeiro, mas sabemos evidentemente que é uma média e essa média incorpora todos os estamentos da sociedade, portanto as

classes médias, médias baixas, etc. têm um indicador pequeno e quando se extrai os dados das classes menos favorecidas o número de filhos por mulher, aumenta. Dá uma média, diminuindo; mas ainda prossegue aquele indicador de que, na pobreza e na miséria, a ausência de planejamento familiar e outros fatores geram um índice maior de filhos por mulher e um índice maior de gravidez precoce. E aí, entre mulheres acima de 17 anos, o IBGE mediu em 1991 e no ano 2000. Esse é o dado e sociologicamente dá um outro painel, uma outra discussão, porque o avanço da gravidez precoce, em tese precoce, no Rio de Janeiro era de 4,6 o percentual de mulheres de 15 a 17 anos com filhos. No Município do Rio de Janeiro passou do percentual de 4,6 para 7,5; em Tanguá, triplicou, do percentual de 4 para 12; em Seropédica do percentual de 6 para 13; em Itaboraí, do percentual de 5 para 10; curiosamente, em Japeri, do percentual de 12 para 14. Um índice menor em Japeri, enfim, isso nos chama atenção. Mas o fato é que esse é um outro fenômeno do nosso tempo que requer, dos homens públicos, uma atenção e uma discussão maiores.

Potencial de atendimento qualificado em serviços prioritários, é um outro dado extraído do Atlas do Desenvolvimento Humano – indica o número de enfermeiros com curso superior, no ano de 1990: profissional médico; profissional médico por habitante, por cada mil habitantes. Seropédica é zero, não há médicos, quer dizer, a cada mil habitantes não há... deve ter um médico a cada 15 mil, 10 mil habitantes... No Rio de Janeiro para cada mil habitantes, 3,8 e está em 3,68, agora; Niterói é 7; era 6,7, passou para 7: houve um aumento pequeno. Mas no geral, se observar... São João de Meriti é de 0,07 e agora de 0,2, um crescimentozinho... Aí se discute toda essa crise da Saúde. Você observa que tudo tem uma natureza econômica, uma natureza de disparidade social, de distribuição de renda. Por outro lado, quando você joga essa discussão e lê esses dados sobre o potencial de atendimento qualificado em respeito ao ensino fundamental, de 1991 para o ano de 2000, você vê melhorias: o número de professores com curso superior, aliás, a LDB obrigou isso; a LDB trouxe essa obrigatoriedade; é aquela história, a lei vai além da realidade, mas ela aponta para um caminho que, inexoravelmente, uma pessoa de bom senso há de compreender que é um caminho que irá oferecer uma qualidade melhor de ensino, etc., etc. A questão é você empurrar os governos, induzir as políticas públicas para que mais rapidamente se alcance “ao dever ser” que a lei estabeleceu ao ambiente mais ideal. Então você tem um percentual de professores com nível superior que está em evolução, inclusive nos municípios mais pobres. São alguns dados que eu trouxe, Vereador Jorge Felipe, que eu considerarei úteis para serem passados aos senhores.

Parece que o tempo já está avançado, mas eu queria dizer o seguinte, para concluir: o Plano Diretor entendido como a definição dos parâmetros urbanísticos que podem incorporar a con-

templação às vocações naturais que a cidade possui e as vocações induzidas e a criatividade, o céu é o limite. Evidentemente, nós iremos desaguar na compreensão de que no setor de serviço, nós temos um ambiente mais fértil para o nosso desenvolvimento. Sem dúvida nenhuma. Não que o setor industrial deva ser esquecido, eu acho que há muita vocação para o desenvolvimento industrial, inclusive aí é que talvez seja um ponto interessante a ser discutido, a utilização de mecanismos não-modernos, eu diria, mecanismos mais primitivos por um viés tecnológico, mas muito mais possível de acolher um número maior de mão-de-obra, mão-de-obra mais qualificada, etc. Quando você pensa em criar um pólo têxtil qualquer ou pegar um galpão qualquer, digamos um daqueles na Avenida Itaóca, de vários que estão abandonados, vocês podem pensar, ali para aquela região, algum instrumento fiscal, algum instrumento tributário, facilitador para, digamos, imaginarmos que um daqueles galpões que hoje estão cada vez mais depredados e objetos de invasões, possam vir a ser aproveitados num programa de geração de renda, de fabricação de produtos têxteis, primários que sejam, para serem adquiridos pela cidade. E depois vamos contratar as melhores máquinas do mundo na indústria têxtil? Não. Pode ser através do carimbo dizendo o seguinte: aqui podem funcionar desde que sejam máquinas Singer da vida, quase que manuais, mas que empreguem muita mão-de-obra em cooperativas, o que seja. Aqui me veio uma digressão, um exercício para trazer para os senhores. Esse talvez seja um ponto capaz do Plano Diretor, na sua revisão, de contemplar como um indutor à absorção de mão-de-obra, geração de trabalho e renda, e recuperação de um ambiente industrial da cidade. Mas, sem dúvida, no campo do serviço nós temos... aí o céu é o limite, a capacidade do Rio de se desenvolver, seja pelo viés tecnológico, pela capacidade que nós temos mercê dos mais variados núcleos de alta tecnologia, de ciência, de sabedoria, de academias que a cidade possui pelo acervo universitário, pelas pesquisas que são desenvolvidas, seja pelos outros setores do serviço que atendem à vocação, e aí vão o Turismo. Tudo que for em prol da geração de novas receitas provenientes do Turismo, melhor.

Só para fechar, se nós tivermos a compreensão de que o indivíduo quando chegou... aí o indivíduo que veio para o lazer, negócio, *business* ou para congresso, não interessa, mas que chegou e desembarcou de uma aeronave, a presença dele ali, de alguma maneira foi útil para a receita daquela companhia aérea, que gerou empregos para os aeroviários, embarcados ou terrestres. Esse indivíduo, ao pegar um táxi, ajudou na fêria do taxista. Ao chegar ao hotel, não fora a presença dele, não teria um *front-desk*, camareiras, toda a retaguarda de hotel, todos os insumos que estão englobados na indústria hoteleira, no fornecimento de alimentos, na conservação eletro-hidráulica, dos insumos de limpeza, etc. Enfim, é uma fábrica sem chaminés, que não polui

e que emprega que é uma barbaridade. Por mais que a tecnologia tenha avançado no campo da hotelaria em si, o fato é que os recursos humanos são sempre indispensáveis para algumas funções. É lógico que houve uma reengenharia nos últimos 15 anos, diminuíram o percentual de apartamento-emprego gerado, era de 1,7 e hoje é uma média de 1; para cada unidade um emprego direto, e outros 4 ou 5 indiretos criados. Esse é um estudo que uns chutam muito, uns falam 9, outros falam 5, outros falam 10, eu prefiro ficar com 4 ou 5, que eu acho que são bem nítidos e apropriados. Esse mesmo turista, ao ir a um restaurante, contribuiu com aquela unidade econômica da cidade, ao ir a um shopping comprar um produto qualquer, daquela venda um imposto foi gerado, e por aí vai. Em todos os estamentos inclusive da economia, a presença do turista gera algum valor agregado, esta é a verdade. Para o artesão, para o pipoqueiro, enfim, para o funcionário mais simples de um hotel. O fato é que os ganhos provenientes do setor do Turismo são mais democraticamente repartidos. Não há “o” grande capitalista, “o” o único obtentor e usufrutuário de mais-valia – não, é muito mais repartido. Isso é uma das coisas que me encantam ao vislumbrar nisso um vetor importante para ser cada vez mais estimulado e desenvolvido. Vem aí o Pan-Americano e precisamos fazer disso a bandeira que há de gerar na história – na nossa história – um verdadeiro divisor de águas em termos de alavancagem do desenvolvimento.

Não quero me estender. Há muitas coisas que eu poderia abordar. Quero me colocar absolutamente à disposição desta Casa, em especial desta Comissão, para tanto quanto possa ser útil, em oferecer algum tipo de opinião, ou de proposta, ou de providência qualquer que esteja ao alcance das tintas que têm na caneta que possuo.

O fato é que quero parabenizar esta Comissão pela iniciativa de provocar esse debate.

Plano Diretor não tem a ver com trabalho e renda? É óbvio que tem! São os vetores de desenvolvimento da cidade - atendimento às vocações, a geração induzida de novas vocações, ousar sobretudo para que possamos expandir a economia, expandir, portanto, a possibilidade de gerar riquezas e de dividir riquezas de renda e trabalho.

Fico por aqui, senão iria me adiantar muito e há muitas pessoas qualificadas que vão trazer contribuições mais valiosas dessas que eu apresentei.

Mais uma vez reafirmo, Vereador Jorge Felipe, da minha profunda satisfação de estar nesta Casa, da qual me sinto participante.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Agradeço a V. Exa. pelas palavras referentes ao conceito em relação à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na qual V. Exa., como um dos mais destacados Vereadores, prestou relevantes serviços à Cidade do Rio de Janeiro e hoje o faz no âmbito do Poder Executivo na condição de Vice-Prefeito desta Cidade e solicito quanto à possibilidade de fornecer os documentos para que possamos publicá-los no DCM.

Parabenizo pela explanação e cedo a palavra, agora, ao Exmo. Sr. Augusto Werneck, Secretário Municipal de Trabalho e Renda da Cidade do Rio de Janeiro.

O SR. AUGUSTO WERNECK – Exmo. Sr. Presidente, eminente Vereador Jorge Felipe, quero assinalar a minha imensa alegria de estar aqui, no Plenário Teotônio Villela, mais uma vez na Câmara dos Vereadores e, muito particularmente, numa Sessão presidida por V. Exa., cujo trabalho em prol da Cidade do Rio de Janeiro tive e tenho o prazer de testemunhar.

Sr. Vice-Prefeito – é curioso que a última vez que estive aqui neste Plenário foi numa Sessão presidida pelo Vereador Otavio Leite, na qual tive o grande orgulho de ganhar a Medalha Pedro Ernesto. É especialmente gratificante para mim voltar aqui.

Quero assinalar também a presença, nesta Mesa, do Vereador Eliomar Coelho. Lembro-me, quando era Secretário Municipal de Administração, no Governo Marcello Alencar, da presença do Vereador Eliomar Coelho nas discussões sobre o Plano Diretor de 1991. Testemunho também aqui, com a vantagem de não ser do seu partido político, o grande espírito público, a grande probidade e o interesse coletivo que sempre foi o norte do Vereador Eliomar Coelho. Tenho grande admiração pelo trabalho de V. Exa., Vereador.

Saúdo os membros da Mesa e digo da minha imensa satisfação com o tema, porque, embora haja uma pertinência da pasta que hoje está sob minha responsabilidade, que é a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, tenho um contato, uma história com o Plano Diretor Decenal, de 1991, e mesmo com os planos diretores e a função social das cidades na minha atividade acadêmica e na minha atividade profissional de Procurador, que me trazem para o tema e me dão muito gosto de trabalhar com a idéia do Plano Diretor. Gostaria de pedir licença para poder, diante desses pressupostos técnicos e científicos, dizer algumas coisas que talvez sejam elucidativas, isto é, como eu encaro o Plano Diretor.

Em primeiro lugar, devo dizer que não podemos afastar, não podemos dissimular a idéia de que, quando se fala em Plano Diretor, já se está pretendendo uma interferência fundamental numa questão que é muito cara à sociedade humana: a propriedade. Faz-se um Plano Diretor para intervir na propriedade. Isso talvez possa ser, cada vez mais, uma coisa espantosa, porque às véspe-

ras de uma ditadura do mercado, o qual, conforme é concebido hoje – de modo hegemônico –, não admite intervenções. Então, talvez na cidade tenhamos um dos últimos nichos possíveis de uma organização da sociedade do ponto de vista econômico e social, sob o prisma de uma intervenção, para gerar, como disse aqui o nosso Vice-Prefeito, uma perspectiva de felicidade geral. Se formos voltar um pouco no tempo, vamos ver que, no início do século XX, essas idéias que conduziram à função social da propriedade passaram a vicejar numa perspectiva, podemos dizer negativa; ou seja, o direito à propriedade era absoluto, a apenas condicionávamos o seu exercício aqui e acolá para impedir que a vida humana ou algum valor muito caro à sociedade humana percesse por causa da propriedade.

Dou um exemplo, o do julgado do Conselho de Estado francês no final do século XIX, em 1880, no qual pela primeira vez se entendeu impossível licenciar o funcionamento de uma fábrica de explosivos, de fósforos, nos arredores de Paris, por ser considerado uma atividade perigosa. Então, os conceitos com que primeiramente trabalharam eram conceitos negativos. A propriedade existia, mas, em alguns casos, poderíamos limitá-la, porque ela é absoluta, é secular, é intangível, fazendo parte de direitos naturais. Na década de 20, no século XX, muito influenciado já por todo o acervo... Ouvimos aqui, hoje, falar do velho Marx. Na verdade, não estou entre os que acreditam que o nosso querido Marx seja exatamente velho, mas ele e muitos outros sociólogos, filósofos e economistas do seu tempo, junto com as lutas sociais que efetivamente aconteceram, fizeram com que a comunidade jurídica passasse a refletir sobre determinados assuntos. Surge uma figura formidável na França que é Duguit Leon Duguit, que, pela primeira vez, vai abordar a função social da propriedade como um instituto jurídico e reconhecer um fato formidável, ou seja, a propriedade não é esse direito natural, como se afirma, porque é evidente que a propriedade é dotada de historicidade, sendo datada. A propriedade que se via naquela época, em 1920, não era a mesma propriedade que se viu 500, 600 anos antes e não é a propriedade que temos hoje, neste mundo globalizado, neste mundo de “clusters”, nesta sociedade tecnológica da informação. Temos que nos reportar a essa idéia formidável do Duguit porque é pressuposto importante. A propriedade tem esse dado de historicidade; por isso, ela não pode nunca ser vista como um direito absoluto e sim relativo, porque ser dotada de historicidade representa, justamente, ter um papel diferente em cada momento histórico em que se conviveu com esse tipo de direito. E muito mais: para ilustrar mais ainda essa idéia de função social, a idéia da propriedade urbana, é nesse momento que surge esse grande fenômeno que fazia com que instituições como o Conselho de Estado francês deparassem com problemas, como a instalação de uma fábrica de pólvora ou a instalação de uma fábrica de explosivos nos arredores de uma

cidade, porque é um momento em que vamos viver a industrialização e a urbanização como grandes fenômenos.

O Brasil, pouco tempo depois desses fatos, em 1934, introduz pela primeira vez a função social da propriedade na nossa ordem constitucional, ao mesmo tempo em que o nosso Código de Águas e o nosso Código de Minas, na década de 30, de modo muito avançado para a época, consideram pela primeira vez a propriedade dos recursos minerais uma propriedade distinta da do solo para fins de exploração. Essa visão é avançada, porque pela primeira vez se interfere no núcleo da propriedade e não se tem mais uma visão negativa sobre o que é o limite à propriedade, mas uma visão positiva, indo dentro da propriedade para condicionar o seu exercício. Essa nova função da propriedade, por exemplo, os Estados Unidos até hoje têm dificuldade em entender no seu Direito. A gente tem aquela clássica noção passada na revista em quadrinhos: o Tio Patinhas acha petróleo, e o petróleo é dele. Nós, desde 1930, repudiamos essa idéia, ou seja, o petróleo é do povo, a água é do povo, a mina é do povo, a jazida é do povo, independentemente da propriedade.

Vejam como já conseguimos trabalhar com determinados conceitos bastante avançados de propriedade há muito tempo na história jurídica do Brasil. Estou trazendo isso para dar a nota, em primeiro lugar, de que entendo que a função social, que o Plano Diretor realmente é interferente na propriedade e tenta hoje decodificar uma tradição acerca da função social da propriedade. Essa tradição acaba desaguando nessa idéia da Constituição de 1988, que é a função social da cidade reforçada pela introdução, pela via da emenda, do direito à moradia como um direito social e, portanto, fundamental.

Então, estamos tratando da possibilidade de interferir na ordem urbana, especificamente no que concerne à propriedade, para fazer com que esta ordem urbana se torne mais justa, mais equilibrada e possa produzir qualidade de vida para a maior parte possível da população.

Então, fiz essa introdução para dizer a todos o que entendo como Plano Diretor e função social da cidade, para partir então para uma segunda discussão, que é o fato de estarmos diante de uma revisão do Plano Diretor vigente, e aí não posso deixar de falar com um certo carinho autoral. Até obtive algumas edições dessas, que guardei com muito prazer, porque está meu nome lá no final. É algo que me envaidece um pouco e dá um dado de responsabilidade, além de me ter feito refletir sobre o momento em que esse Plano foi adotado, sob discussões intensas, conflitos e tensões que não desapareceram e algumas até se acirraram no momento em que esse Plano foi adotado.

A idéia de Plano Estratégico da Cidade veio depois do Plano Diretor e, de alguma maneira, criou alguma confusão para a adoção deste último, quando essas coisas são completamente distintas ou têm campos específicos de atuação. O centro do Plano Di-

retor é a propriedade, e a característica maior, que eu quero ressaltar aqui, porque já entra um pouco na minha área do Plano Diretor de 1991, foi a de que, muito embora reconhecesse – não poderia deixar de ser assim – que se tratava de função social da cidade, que se pretendia interferir na propriedade, ele negava a sua condição de ser exclusivamente um Plano Diretor no sentido físico-territorial para ser também um Plano Diretor no sentido sócio-econômico, pois, como eu disse, a propriedade é dotada de historicidade. A perspectiva físico-territorial não explica e não pode, portanto, controlar todas as vertentes da propriedade no nosso tempo.

Para conseguir as grandes associações entre a tutela da propriedade e o desenvolvimento econômico e social, o Plano Diretor deve cuidar de coisas que não são apenas uso e ocupação do solo. Essa foi uma idéia que o Plano Diretor de 1991, com um certo pioneirismo, adotou, e por isso ele é muito estudado pela Academia, é usado como referência para outros Planos Diretores. Evidentemente, hoje temos uma nova pauta normativa, um novo marco regulatório, por conta da aprovação, nesse interregno, do Estatuto da Cidade, o qual, como todos os que estão aqui sabem, foi uma das leis mais esperadas do Brasil. É uma norma que tramitou durante quase 20 anos no Congresso Nacional, desde a...

(O Sr. Vereador Eliomar Coelho indica que são 11 anos, fora do microfone)

O quê? Mas antes ele era o anteprojeto da Lei de Desenvolvimento Urbano. Desde 1982 se discutia se vai ter solo criado ou não vai; se vai ter direito de superfície ou não vai; se vai ter preempção ou não vai. Convivíamos com institutos virtuais, que não podiam ser aplicados enquanto a legislação federal não os previsse. Isso foi um fator de inibição das possibilidades do Plano Diretor de 1991, porque não podíamos prever tudo o que sabíamos que estava à disposição, mas que era matéria de direito federal. Essa era uma das amarras. Tínhamos o próprio IPTU progressivo no tempo, que é um instrumento tributário típico e que não podia ser utilizado; o direito de superfície; o direito de preferência; as intervenções mais radicais em termos de regularização fundiária; e mesmo a gestão democrática da cidade, que defluía evidentemente do espírito da Constituição de 1988, mas não estava peremptoriamente indicada, como está hoje no Estatuto da Cidade.

É importante informar ao Plenário – muitas pessoas já sabem disso – que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul adotou agora uma decisão pioneira, julgando inconstitucional o Plano Diretor do Município de Capão da Canoa, porque foi feito sem participação popular. Foi um julgamento muito interessante, um

julgado pioneiro na história do direito urbanístico brasileiro, nessa associação com a participação popular.

Então, essas bases foram lançadas no Plano Diretor de 1991. No caso de políticas pública, como a de trabalho, essas discussões foram de alguma maneira reavivadas na discussão sobre o Plano Estratégico da Cidade. Então, já temos há quase 15 anos a idéia da associação da matéria do Plano Diretor com políticas de desenvolvimento econômico, em sentido geral, e especificamente de trabalho e geração de renda. Ainda nessa fase, vamos ver que essa correlação é intuitiva. Toda intervenção urbana, principalmente aquelas intervenções urbanas clássicas – dentro das intervenções urbanas clássicas, fundamentalmente o zoneamento –, é alguma coisa que orienta clara e nitidamente o desenvolvimento urbano da cidade, daí o desenvolvimento econômico da cidade e daí os fatores que contribuem para a concentração de capital e de trabalho.

Vamos verificar, por exemplo, se observarmos as construções na Zona Sul, de 1960 para 1980, uma intensificação do número de pessoas moradoras em favelas, uma diminuição do número de pessoas não moradoras em favelas, mas um aumento do licenciamento de atividades econômicas. Então, o que houve? As pessoas moram menos em edifícios residenciais, porque houve uma diminuição proporcional do licenciamento de unidades residenciais, porque surgiu a Barra da Tijuca, mas aumentou o número de unidades comerciais, e por isso aumentou o número de trabalhadores que trabalham nessas unidades comerciais e moram nas favelas e circulam por ali. Esse é um exemplo bastante elementar de como o zoneamento interfere na perspectiva da organização das possibilidades de geração de emprego.

Se tenho um zoneamento que permite atividades comerciais em determinado bairro, é intuitivo que eu vou, de alguma maneira, permitir que esse bairro tenha uma geração de empregos. Essa é uma idéia elementar. Trago essa idéia elementar para que todos possam notar a absoluta pertinência entre ordenar do ponto de vista físico-territorial e ordenar do ponto de vista socioeconômico. Não dá para separar uma coisa da outra. Naquele primeiro momento, onde se vai pensar se a zona é residencial ou não, se a zona é industrial ou não, se a zona é comercial ou não, se a área é de proteção ambiental ou não, se o regime dessa área de proteção ambiental vai ser mais ou menos especificado, existe sempre uma pertinência, uma correlação, uma interferência na geração de trabalho e renda e no desenvolvimento econômico, de uma maneira geral.

O Plano Diretor de 1991 já contemplava todas essas idéias. A partir do seu Art. 202, vemos as políticas de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento científico e tecnológico. E hoje, quando se fala em desenvolvimento econômico, é indissociável o desenvolvimento científico e tecnológico, que, às vezes,

representa o mesmo desenvolvimento econômico. Por exemplo, uma das metas estratégicas da Secretaria Municipal de Trabalho é fazer com que o Rio de Janeiro, em cinco anos, possa se transformar em um centro de referência em qualificação profissional no Brasil, principalmente, em qualificação profissional para a indústria e serviços do petróleo. Fazendo isso, vamos aproveitar todo o nosso parque de treinamento, agregar novas instituições, treinar trabalhadores, proporcionar novos investimentos para o Rio de Janeiro e captar mais recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Porém, vamos fazer uma coisa notável, de que as pessoas se esquecem: vamos gerar empregos, e empregos qualificados. Quem qualifica gera empregos para qualificar; quem contrata professor contratar pessoas que apóiam o professor, estagiários, mantendo a Universidade funcionando, com mais atividade.

Então, existe um ciclo produtivo que se insere na própria qualificação de mão-de-obra e que vai fazer com que essa atividade de qualificação, que instrumentaliza a geração de empregos, seja uma atividade em si de geração de empregos. Como um Plano Diretor interfere nisso? Quando preserva urbanisticamente as unidades de desenvolvimento científico e tecnológico; quando preserva os nossos parques de qualificação profissional; e quando, eventualmente, incentiva, de alguma forma, que a cidade tenha esse tipo de vocação respaldada.

O Vice-Prefeito se referia, com muita felicidade, a esses dados que ratificam completamente a vocação terciária do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem uma vocação iniludível, uma vocação que se afirma nas condições mais adversas para ser uma cidade de serviços, com o turismo sendo, talvez, uma expressão ou uma referência desses serviços, mas não a única, pois existem perspectivas notáveis que se perdem nesses quase 50% de economia informal que o Rio de Janeiro tem. Desde 1991, já se falava em economia informal. No Plano Diretor de 1991, já havia essa preocupação, pois naquele tempo se discutia muito o camelô. A economia informal era discutida sob este prisma: o conflito urbano do camelô, tirar o camelô dali, levá-lo para um camelódromo. Até registro um fato histórico: foi a primeira vez – depois deu-se um conflito político formidável -, foi a primeira briga do Dr. Marcello Alencar com o Governador Leonel Brizola, por causa de camelô. Houve uma ação de organização no Centro da Cidade, os camelôs se revoltaram, e isso aconteceu em um dia em que os dois estavam passeando na região da Av. Nilo Peçanha. O Governador Brizola, com muita sensibilidade social, mas, ao mesmo tempo, revelando uma falta de entendimento desse fenômeno específico, dizia: “Marcello, estamos perdendo as ruas”. Foi uma frase que demonstrava o papel da rua na Cidade do Rio de Janeiro, o problema dessa mediação das pessoas que ocupam as ruas, que comercializam nas ruas, que pretendem ter o direito de ocupar as ruas. Esse direito, do ponto de vista urbanís-

tico formal, jamais poderá ser dado, mas nessa nova cidade que surge no contexto do terceiro milênio, num país de Terceiro Mundo, como se vê desde 1991, é um problema que tem que ser cuidado, já não mais nessa perspectiva da perplexidade do que está acontecendo na rua, mas por se tratar da revelação de um fenômeno muito maior da Cidade do Rio de Janeiro e de todo o Brasil. Estamos a caminho de ter metade da nossa economia informalizada, de ter metade da nossa mão-de-obra ocupada em regime de trabalho informal. Esses são os dados e são, também, os dados da globalização. Isso vai aviltando o trabalho, acabando com o emprego e nos levando para algum lugar que não sabemos qual é.

Qual é a política local capaz de reverter isso a partir das locações da Cidade do Rio de Janeiro, partindo da perspectiva de intervenção físico-territorial? Essa é uma pergunta clara que o Plano Diretor tem que fazer, até porque não podemos nos deixar levar por um discurso que é muito interferente dentro das muitas visões multidisciplinares que o Plano Diretor comporta, que é justamente a perspectiva do trabalho, e utilizado – o Vereador Eliomar Coelho e o Vereador Jorge Felipe sabem disso – muitas vezes de forma demagógica, para dizer que temos de preservar determinadas práticas que destroem a cidade, que corrompem a qualidade de vida, que tornam a cidade mais desigual e mais injusta, porque geram emprego. É um caso típico – não precisamos escamotear – é o da construção civil. Muitas vezes dizemos que temos de estimular a construção civil porque temos de elevar o número de empregos. Isso é uma verdade até determinado ponto, porque, se formos aviltar, por exemplo, o zoneamento, proteção ambiental para gerar empregos de baixa remuneração e de baixa qualificação. Não vamos apontar para um desenvolvimento econômico sustentável da cidade e vamos ter, provavelmente, de discutir no próximo Plano Diretor Decenal como reaproveitar todos esses novos favelados que foram gerados por uma intensificação desnecessária da construção civil. É curioso isso.

Muitas vezes, vemos esses novos programas, como o distrito industrial. Por isso é que a política industrial, como foi bem dito aqui pelo Vice-Prefeito, outro dia o Prefeito Cesar Maia introduziu essa crítica em relação ao governo Carlos Lacerda, que foi um governo que tentou reverter um início de decadência econômica do Rio de Janeiro através de uma reindustrialização, quando, no início da década de 60, já era bastante evidente que a nossa vocação era de serviços, que a nossa vocação era turística. Essas realidades que o Rio de Janeiro hoje conforma já eram perceptíveis, mas fomos fazer distritos industriais, fomos gerar problemas ambientais e, no frigar dos ovos, não geramos tantos empregos assim. Qualquer projeto de distrito industrial começa gerando cinco mil empregos; quatro mil e quinhentos são na construção civil, e vão acabar, o que há de sustentável na Cidade

do Rio de Janeiro é nitidamente a atividade terciária, que tende a ser não poluente, a permitir usos democráticos da propriedade e uma distribuição mais equitativa das oportunidades de emprego e renda. Essa visão sobre atividade terciária e sobre uma cidade que proporcione essas características é fundamental para que possamos segurar e não perder esses novos empregos de que a cidade necessita, porque a nossa vocação meio invisível, mas muito nítida conseguiu mantê-los.

Falou-se aqui em intervenções. Acredito que possamos ter instrumentos específicos num Plano Diretor destinados ao fomento do trabalho, como já é o caso no Plano Diretor Decenal vigente, em termos amplos do que foi feito com as zonas. Por exemplo, existe a zona turística, ou seja, trata-se de zonas especificamente consideradas como zonas de desenvolvimento econômico e zonas de intervenção para geração de trabalho e renda, como seria o caso da Av. Itaoca, onde há um pequeno projeto de estruturação urbana, representando um núcleo de geração de emprego e de renda.

Em outros lugares da cidade, principalmente nessas zonas, que são verdadeiros vales cercados por favelas, por comunidades carentes poderíamos imaginar isso. Aí, teremos políticas integradas de estímulo ao cooperativismo, de incubação de empresas, de incentivos fiscais – quando fosse o caso -, de IPTU favorecido, todo um componente, toda uma regulação específica, ou seja, um Código de Zoneamento específico voltado para o desenvolvimento do trabalho.

Acho que essa pode ser uma contribuição efetiva da Secretaria Municipal de Trabalho e do seu corpo técnico. Eu me coloco à disposição, não só como Secretário Municipal do Trabalho, mas como professor da PUC, como procurador. E quero dizer também a Vossas Excelências que a equipe que cuida especificamente do direito urbanístico, o Núcleo do Direito Urbanístico e o Núcleo Interdisciplinar do Meio Ambiente da Faculdade de Direito da PUC estão à disposição da elaboração do Plano Diretor da Cidade.

Agradeço muito a atenção de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Agradecemos a Vossa Excelência, Secretário Augusto Werneck, e o convidamos a permanecer conosco, porque vamos fazer um debate e reputamos a sua presença de extrema importância. É possível?

O SR. AUGUSTO WERNECK – Evidentemente, não vou me furtrar a debate algum. Só peço a Vossa Excelência que eu possa ser liberado ao meio-dia. Posso ser? Ao meio-dia e quinze?

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Pelos nossos cálculos, vamos ter palestrantes hoje até que horas? Tudo bem. Não faltará oportunidade para termos o nosso debate aqui.

O SR. AUGUSTO WERNECK – Vou dar o máximo que eu puder. É melhor assim.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Está ótimo. Muito obrigado.

Com a palavra, o Sr. Mauro Osório, economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

O SR. MAURO OSÓRIO - Bom, eu trouxe uma transparência. É uma alegria estar aqui hoje. Quero agradecer ao Vereador Jorge Felipe o convite e parabenizá-lo pela iniciativa, assim como ao Vereador Eliomar Coelho, meu amigo de tantos anos. É uma alegria enorme estar aqui nesta Casa, onde já participei de tantos eventos políticos, à época, como diz o meu amigo Carlos Lessa, do PMDB, do Dr. Ulysses. Infelizmente, o grupo do qual eu fazia parte era a maior parte das vezes derrotado. Enfim, é uma alegria enorme estar aqui também com o nosso amigo do Conselho de Economia e com todas essas pessoas amigas.

Entendo que o convite para eu estar aqui hoje partiu das discussões que eu tenho feito sobre a economia da Cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Acho que é extremamente difícil discutirmos a Cidade do Rio de Janeiro sem a referência da economia do Estado como um todo, porque, na verdade, o Estado do Rio de Janeiro é eminentemente metropolitano. E isso, inclusive, traz uma série de problemas, porque muitas vezes as atribuições do ponto de vista do Prefeito e do Governador se confundem. Enfim, não acredito que seja possível discutirmos a cidade sem discutirmos a região metropolitana, sem discutirmos o Estado.

Por exemplo, a Elisa Bernardes, que é uma das acadêmicas mais criativas e mais interessantes que o nosso Estado já teve -, infelizmente já falecida -, tem um trabalho de 1960, chamado “Rio de Janeiro e sua Região”, em que mostra que, ao contrário de Minas Gerais, ao contrário de São Paulo, a região que mais se articulava a partir de um único núcleo era o Estado do Rio de Janeiro. Em 1960, Minas Gerais tinha vários pólos dinâmicos que poderiam ser trabalhados dessa forma. Você tinha Juiz de Fora e outros municípios que eram núcleos aglutinadores, além de Belo Horizonte. Em São Paulo, a mesma coisa, e o mesmo ocorria no Espírito Santo. No Rio de Janeiro, não. O único núcleo aglutinador digno desse nome era a Cidade do Rio de Janeiro, quer dizer, não existia nenhum outro núcleo aglutinador. Mesmo Volta Redonda não poderia ser considerado como um núcleo aglutinador.

Então, na verdade, é impossível no Rio de Janeiro discutirmos a cidade sem discutir o estado. O Luiz César do Ippur, que hoje

está aqui, tem um trabalho em que mostra que a região metropolitana mais integrada, entre todas as regiões metropolitanas, é a da Cidade do Rio de Janeiro. Por isso, com todo o respeito... A Vereadora Aspásia Camargo muito minha amiga, a Vereadora Andrea Gouvêa Vieira e o Vereador Eliomar Coelho são as pessoas com que mais tenho contato aqui. Acho um despautério essa discussão da desfusão, por conta da integração que existe da nossa cidade com a região metropolitana e o nosso estado. Existe uma discussão muito rica e interessante sobre a questão de desenvolvimento local e desenvolvimento regional, e o Plano Diretor está trazendo essas discussões, o que é muito importante. Acho que foi um Plano Diretor feito na gestão do Prefeito Marcelo Alencar. Houve uma série de avanços, mas, pelo que eu estudei, a questão econômica foi colocada ali de uma forma extremamente limitada, pois era um Plano ainda muito urbanístico. Acho que essa discussão da questão econômica e social, tem de ter uma importância muito grande dentro de qualquer Plano Diretor. Existe um acadêmico que eu uso muito como referência, Albert Hirshman, que, aliás, é o intelectual que o atual Prefeito José Serra, de São Paulo, mais respeita, mais segue como referência acadêmica nas formulações. O Albert diz que é muito complicado se estabelecer o que gera desenvolvimento econômico. O que gera desenvolvimento econômico é a Educação? O que gera desenvolvimento econômico é poupança? O que gera desenvolvimento econômico é uma determinada forma de organização legal urbanística?

O que gera desenvolvimento econômico é uma série de fatores por exemplo, quando você tem uma sociedade mais horizontalizada, uma sociedade mais organizada, mais relações de confiança, isso é absolutamente fundamental para este conjunto de fatores. O Albert vai dizer que a educação é necessária, mas não é suficiente. Na verdade, ele tem uma visão distinta da teoria do capital urbano, que diz que o estado deve atuar, exclusivamente ou basicamente, no fator educacional. Acho que Cidade do Rio de Janeiro desmente a teoria do capital urbano porque tem, tradicionalmente, o maior padrão educacional do país e vem tendo, nos últimos 30, 40 anos, a menor taxa de desenvolvimento econômico. Então, na verdade, a educação é fundamental? É. Ela é suficiente? Não. O Estado deve estar em outras áreas? Deve. Então, o fundamental é eu conseguir uma conjunção de fatores que vão gerar o “start” de um determinado círculo virtuoso. Esse foi um desafio em São Paulo, e eu acho que a discussão do Plano Diretor, no tocante à questão do desenvolvimento econômico e social, é absolutamente fundamental.

A tese que eu defendo é a de que a Cidade do Rio de Janeiro começa a perder um círculo virtuoso a partir da perda da capital. Na verdade, nunca conseguimos depois superar esse desafio, que continua até os dias atuais. O Raphael de Almeida Magalhães, que foi o Vice-Governador da Guanabara, na gestão do Carlos

Lacerda, tem um texto recente em que afirma exatamente esse tipo de coisa, ou seja, devemos pensar a nossa região, a cidade, o estado de forma estratégica contínua como um desafio não alcançado.

Então, é nesse sentido eu que tenho procurado discutir esse tipo de coisa, pois acho que o Rio de Janeiro, tem uma crise, e essa crise tem uma especificidade. Seja na Cidade, seja no Estado, muitas vezes somos tentados a colocar a crise do Rio de Janeiro como um mero desdobramento da crise brasileira ou da crise internacional. Não, a tese que eu defendo é a de que essa crise tem uma determinada especificidade. Isso tem a ver com a perda da capital, com o fato de não termos construído, posteriormente, estratégias consistentes de desenvolvimento econômico e social. Por isso, a discussão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro é essencial.

E existe uma outra questão, e é com alegria, com enorme tranquilidade, com enorme respeito que eu trago esta discussão a esta Casa. Acredito que, a partir dos anos 60, com as cassações, o Rio de Janeiro passa a ter um marco de poder mais clientelístico do que o existente em outras regiões brasileiras e com menos contrapontos. Ou seja, é óbvio que a atividade parlamentar tem de atender a seus eleitores, mas é óbvio que os interesses coletivos, as políticas públicas, a lógica da questão do espírito público tem de estar acima de todas essas questões.

Por exemplo, do ponto de vista estadual, no Estado do Rio de Janeiro praticamente não tem havido concurso público. Recentemente, houve concurso para professores de religião. O Detran, em toda a sua trajetória, em toda a sua história de vida – houve uma denúncia recente, novamente colocada na Folha Dirigida -, nunca fez um concurso público. Alias, há uma certa coerência nisso, mas uma coerência infeliz e absurda. A Secretaria Estadual de Fazenda, no caso do Estado do Rio de Janeiro, não realiza concurso público há mais de 15 anos.

Então, acho que a outra questão é que nós, na cidade e no Estado - e essas coisas são absolutamente indissolúveis -, continuamos a ter um processo de crise. Apesar de o meu amigo, o Prefeito Cesar Maia, ter dito ultimamente que a Cidade do Rio de Janeiro está numa situação econômica invejável, isso não procede. Pelos dados, pelo menos até o momento, apesar de a Firjan - com quem atuo bastante, converso bastante - dizer que, do ponto de vista da indústria, estamos ótimos, não estamos. Tem havido uma propaganda do Governo do Estado, que diz que o Rio de Janeiro está uma maravilha, que estamos crescendo enormemente. Quero deixar aqui registrado, aliás, que o Governo do Estado este ano, segundo matéria recente de jornal, vai gastar em publicidade o triplo, em termos absolutos, do que gasta o Governo de Minas Gerais, do que gasta o governo de São Paulo, o que é absolutamente esquizofrênico.

O que está no telão é a minha tese de Doutorado que, vou lançar em livro no final de junho - todos vocês estão convidados para o lançamento. Este é o título da tese, que tive a alegria de defender no Ippur, onde cursei o mestrado e agora defendi a tese de Doutorado: “Rio Local, Rio nacional, Origens e Especificidades da Crise Carioca e Fluminense: Estratégias, Instituições e Desenvolvimento”. Por quê? Porque eu acho que o Rio de Janeiro tem duas pernas, uma local e uma nacional, que têm especificidades. Do ponto de vista da história, da importância da história, procuro discutir que origem é essa, que especificidade é essa. Se pegarmos alguns dados econômicos... Peço desculpas porque hoje só trouxe os do Estado, mas os da cidade, não são diferentes de forma nenhuma, pois o Rio de Janeiro é a região. Existe uma crise de longo curso, reconhecida, aliás, na primeira entrevista que o Prefeito Cesar Maia deu, depois de eleito, ao Jornal O Globo. S.Exa. dizia que existe uma crise econômica de longo curso, pois, no período 1970-2000, o Estado do Rio de Janeiro perde em torno de 20% de participação no PIB, sendo a Unidade da Federação que mais perde. Aliás, todos os indicadores, infelizmente, nos mostram que, quando nossa região, não é a campeã, é vice-campeã, estamos entre os primeiros. Isso diz respeito a qualquer indicador, da parte de violência, enfim, indicadores sociais, o que seja.

Do ponto de vista do emprego, que é o foco da discussão hoje, no período 1985-2002, enquanto o Brasil tem o crescimento do emprego formal em torno de 40%, apesar de a economia brasileira crescer bastante pouco, o emprego no Estado do Rio de Janeiro está em torno de 9% e a centralidade da cidade é bastante grande nisso. E somos a Unidade da Federação onde o emprego formal menos cresce.

Destaquei o setor de serviços, porque é um setor realmente fundamental na discussão da nossa região. O Brasil tem um crescimento, nesse período, no setor de serviço formal... Esses dados são do Ministério do Trabalho, da RAIS, e o emprego formal é o emprego com carteira assinada. No setor de serviços, o Brasil tem o crescimento de emprego com carteira assinada em torno de 51,52%. Em São Paulo, o crescimento é da ordem de 57%, e o Rio de Janeiro, novamente, é a pior Unidade da Federação – em torno de apenas 21,88%. Eu botei esse dado porque... Aí, novamente o Governo do Estado e outras instituições... Recentemente, saíram o PIB e o PIB “per capita” e o Rio de Janeiro teria passado novamente a ter o segundo PIB por habitante no país.

Na verdade, existe uma questão estatística em relação ao setor do petróleo. Se realmente, como diz o Governo do Estado nas suas propagandas, o Brasil, no período de janeiro de 1993 a janeiro de 2003, cresce 37% em termos de indústria geral, e o Rio de Janeiro, também em termos de indústria em geral, cresce 67,55%; se tirarmos a indústria extrativa mineral – que, na ver-

dade, nesse período tem o seu grande pico de crescimento, pois no Rio de Janeiro a indústria extrativa cresce 200% -, vamos ver que a indústria de transformação no Brasil cresce em torno de 31%, em Minas Gerais, cresce 46%, em São Paulo cresce 30%, mas, no Rio de Janeiro, cresce apenas 2,5%. Ou seja, se chegarmos ao petróleo que Deus colocou na Bacia de Campos, na verdade não estamos crescendo nada. Num quadro em que o Brasil cresce pouco, num quadro em que as Unidades da Federação crescem pouco, o Rio de Janeiro cresce muito menos ainda.

Então, existe uma crise na região de longa data, e os dados não mostram ainda uma superação. Hoje, a cidade e o estado têm oportunidade de vir a superar essa crise. O setor de turismo está bem, com grandes possibilidades de crescimento, e é óbvio que a atividade turística é uma das que mais se articulam com a vida da cidade, com a saúde da cidade. Numa cidade como a nossa, o turista não fica enclausurado em um determinado hotel, mas vai passear na rua, vai a praia, vai ver nossas belezas naturais, vai à Lapa, visita toda a Cidade e o Estado do Rio de Janeiro como um todo, nas suas diversas interações. A questão da qualificação da saúde e da organização da cidade é absolutamente fundamental para a atividade econômica, e o setor de turismo tem uma potencialidade grande, podendo vir a crescer muito mais. Porém, além disso, a partir do setor petróleo, por exemplo -, e o Secretário estava aqui falando sobre isso -, poderíamos alavancar muito mais. O que temos de trabalho, sobre a cadeia produtiva do setor de petróleo? Que tipo de questão poderíamos potencializar a partir do petróleo da Bacia de Campos, que está aqui na nossa região? Não temos praticamente nada em termos de discussões e estudos sobre isso. Há um bate-boca, às vezes com a Petrobras aqui ou ali, mas não passa desse tipo de coisa, ou seja, estamos aproveitando muito pouco as possibilidades e potencialidades da cidade e do Estado.

O Porto de Sepetiba pode ter uma centralidade absolutamente fundamental para a Cidade do Rio de Janeiro. Temos pouca discussão sobre o Porto de Sepetiba. Existem pessoas como Carlos Lessa, Eliezer Batista, Rafael de Almeida Magalhães que defendem que o Porto de Sepetiba pode ser um porto latino-americano. Ele tem uma área, uma retro-área enorme, onde se pode instalar uma série de indústrias. Então, na verdade, para nossa região, serviços tem uma centralidade enorme, mas não é a única atividade. Existe uma gama de atividades que podemos estar explorando. Se o petróleo está na Bacia de Campos, na verdade, a Agência Nacional de Petróleo está na Cidade do Rio de Janeiro, a Petrobras está aqui. Existem várias atividades no Setor Serviço vinculadas à atividade petrolífera, congressos vinculados a Setor Petróleo. Enfim, uma infinidade de coisas que poderíamos estar discutindo e acho que temos obrigação de procurar alavancar. Mas, se temos uma potencialidade enorme nos dias atuais, não temos ainda um quadro que permita dizer que

estamos superando o esvaziamento econômico, esvaziamento econômico que essa região vem experimentando desde a perda da capital e, principalmente a partir dos anos 60.

Hoje, tem uma nota no jornal “O Globo”, no 2º Caderno: ainda não vi os números, mas o Rio de Janeiro tem ficado em último, penúltimo lugar, em termos de dados de produção físico-industrial e, segundo essa nota, no último dado estatístico continuaríamos em penúltimo lugar. Ou seja, não existe dinamismo, é uma coisa absolutamente ridícula essa realidade que, infelizmente, vivemos na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro.

Qual é essa história e qual é a nossa problemática? O Rio de Janeiro perdeu liderança industrial para São Paulo a partir de 1920. É uma coisa interessante como São Paulo, a partir da ida do complexo cafeeiro para lá, adquire dinamismo e passa a Cidade do Rio de Janeiro com uma velocidade brutal. Em 1880, a cidade do Rio de Janeiro tinha 300 mil habitantes, e a Cidade de São Paulo apenas 30 mil habitantes.

A partir da instalação do complexo cafeeiro em São Paulo, já em bases capitalistas, São Paulo adquire um dinamismo econômico brutal e passa batido pela cidade e pela região que hoje congrega o Estado do Rio de Janeiro. Mas, apesar disso, como centro de serviço, como centro cultural, toda a história do Rio de Janeiro é uma história nacional. O Rio de Janeiro surge como porto de fortificação militar, depois é o eixo de logística. O Lacerda dizia que o Rio de Janeiro era um grande empório – aquela região da rua do Acre, de comércio atacadista. Então, na verdade, o Rio de Janeiro se constrói como um espaço e como centro nacional, e apesar de perder a liderança industrial em 1920, continua tendo seu dinamismo na média brasileiro e sendo o lugar querido de todos os brasileiros, uma referência de todo o País. O Lessa, no livro “Rio de Todos os Brasis”, trabalha bem essa questão, e trabalha a questão da auto-estima, mostrando que até o início do século XX o brasileiro valorizava muito pouco a si mesmo. Nós estávamos, no final do século passado e início deste século, em uma situação parecida com a que nós temos a partir de 1880. Hoje, a auto-estima brasileira está extremamente para baixo. Se nós atentarmos para esse articulista da Veja – cujo nome esqueci -, ele é muito irônico, muito reacionário, e, na verdade, surfa na auto-estima existente, hoje, no Brasil. Mas isso é uma questão datada, fruto da crise pela qual nós passamos a partir dos anos 80 e da qual, infelizmente, ainda não saímos. Houve a questão do morticídio que foi a I Guerra Mundial, quando éramos muito francófilos, e começamos a pensar: “Será que os países de 1º mundo são tão inteligentes assim? Então se matando desse jeito na I Guerra?” Tem o Barão do Rio Branco, o Sérgio Buarque de Hollanda, com Raízes do Brasil; o Gilberto Freyre; a questão da Semana de Arte Moderna; enfim, todo um processo, e a economia brasileira também começa a despontar com taxas de cresci-

mento bastante significativas. Então, no período de 1920 a 1960, se nós não superamos a questão da distribuição de renda, havia otimismo neste País e toda uma valorização da mestiçagem, do brasileiro e das nossas possibilidades – bossa nova, cinema novo. E o Rio de Janeiro era o espaço central de todo esse tipo de discussão e de toda essa lógica. Com isso, nós achávamos que tínhamos assinado um pacto com a eterna prosperidade, ou seja, o carioca era feliz e, também, talvez, em alguma medida, se achasse até o máximo. Mas, realmente, aqui era um lugar agradável, era um lugar que tinha dinamismo. Uma coisa muito interessante é que – e eu trabalho muito com economistas institucionalistas – esses economistas dizem que não dá para se pensar em economia sem pensar em história de forma articulada e que, na verdade, as nossas formas de raciocinar, os nossos hábitos derivam da nossa história. Nós fomos criados, educados e treinados para pensar o nacional, não fomos educados e treinados para pensar o local e o regional. E até 1960, também, não precisávamos disso. Por quê? Porque o fato de a capital estar aqui, de o centro cultural, político, financeiro estar na Cidade do Rio de Janeiro, o centro comercial, logístico, fazia com que os investimentos viessem para cá. Nós não precisávamos nos preocupar com isso. Se fizéssemos o Plano Diretor dos anos 50, independentemente da realidade histórica, talvez não tivéssemos nos preocupado tanto com a questão ecológica. Por que a Petrobras está aqui, pertinho de nós? Porque aqui era a capital. Por que a Shell tinha a sua sede aqui? O BNDES? Enfim, toda uma série de investimentos vinham para cá, e nós vivíamos um círculo virtuoso, a la Albert Hirschman, a la Myrdal, enfim, a la uma série de autores. E qual é a discussão que a gente faz sobre os rumos da Cidade a partir da mudança da capital? Zero. Existe uma série de debates do Correio da Manhã, em 1958, chamada “O que Será do Rio?”, debates extremamente interessantes. Mas, na verdade, o Correio da Manhã fez isso muito mais do ponto de vista burocrático, porque era o jornal de opinião da época e se achava na obrigação de discutir as questões, inclusive as questões da Cidade, mas não era a questão central do Correio da Manhã. A questão central do Correio da Manhã eram os debates nacionais. Eu entrevistei o Luiz Alberto Bahia, um jornalista brilhante, um cidadão admirável que, na época, já era editor do Correio da Manhã, ele está absolutamente lúcido, e eu perguntei a ele como foi a série do Correio da Manhã “O que Será do Rio?”, quarenta matérias sobre o rumo da cidade pós-transferência da capital. Ele não lembrava absolutamente que o Correio da Manhã tinha organizado essa série, e lembra de todos os detalhes de qualquer debate nacional na Cidade do Rio de Janeiro. Qual é a conclusão que eu tiro? É que, na verdade, o Correio da Manhã fez isso de uma forma muito mais burocrática, por sentir obrigação, do que realmente ser a sua preocupação, por ter tido uma importância

social maior. Então, na verdade, nós viramos capital sem termos discutido praticamente nada sobre a nossa região.

Um ponto interessante por causa dessa discussão “fusão - desfusão” é que, nesse debate de 1958, a maioria é profusão. A Câmara de Vereadores, em 1956, tinha um manifesto assinado por praticamente todos os líderes da Cidade do Rio de Janeiro a favor da fusão.

Uma coisa que esses debatedores de 1958 falavam era que a primeira questão para nós, para pensarmos o Rio de Janeiro pós-mudança da capital, é termos de conhecer e de estudar mais a nossa região, porque nós estudamos pouco. Aliás, estudamos pouco até hoje.

Eu tenho a alegria de estar, agora, coordenando no jornal O Globo um prêmio para dissertações e teses sobre o Rio de Janeiro. Quem conhecer alguém que tenha defendido tese nos últimos três anos, por favor, peça para se candidatar, porque nós temos que estimular o debate sobre a nossa região, sem deixar de ser cosmopolita.

Mas, enfim, voltando à nossa questão, a discussão sobre os números da capital é quase nenhuma. No que se refere à questão da fusão, a maioria era pró-fusão nesse debate. E uma coisa muito curiosa é que muita gente do Estado do Rio que era contra a fusão ficava com medo da fusão, porque achava que a máquina da Cidade do Rio de Janeiro poderia contaminar a máquina do antigo Estado do Rio de Janeiro. Ou seja, tinha-se uma avaliação de que a máquina da Cidade, no final dos anos 50, estava pior do que a do antigo Estado do Rio de Janeiro. E acho que isso faz algum sentido, porque a migração para a Cidade do Rio de Janeiro nos anos 40, 50 é uma brutalidade. E, além disso, os prefeitos ficavam cerca de dois anos, e não eram reeleitos. Podiam ser demissíveis a qualquer momento. Então, na verdade, a tendência a pensar projetos mais estruturantes acabava sendo menor. A musiquinha da época era: “Rio de Janeiro, cidade que nos seduz, de dia falta água e de noite falta luz”.

Então, é só um registro por conta desse debate “fusão-desfusão”. Mas, enfim, nós não demos bola para a mudança da capital. Essa é que é a verdade. Nós não achávamos que a mudança da capital iria acontecer, e, se ela acontecesse, Brasília ia ser um gueto burocrático, o Rio de Janeiro continuaria sendo a bela capa, nos dizeres do Carlos Lacerda. Então, na verdade, nós não precisávamos nos preocupar com isso, nós continuaríamos como centro nacional necessariamente. É o pacto com a eterna prosperidade. Com isso, na verdade, nós trabalhávamos com a idéia de que nós continuaríamos como capital de fato, e por isso não precisaríamos pensar mais sobre nós mesmos. Mas, infelizmente, isso não era uma verdade, isso não era uma realidade.

O antigo Estado do Rio era tão ou mais dependente da Cidade do Rio de Janeiro. Por quê? Porque, depois do ciclo cafeeiro, todos os investimentos importantes do antigo Estado do Rio são

feios pelo Governo Federal: CSN, Reduque, Álcalis, Fábrica Nacional de Motores. Então, o antigo Estado do Rio dependia de a capital estar aqui, e o antigo Estado do Rio dependia do dinamismo da Cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, se a Cidade do Rio de Janeiro perde com a mudança da capital, o antigo Estado do Rio de Janeiro também perde bastante.

Então, existe uma descrença enorme na mudança efetiva da capital ou na sua consolidação como alternativa à Cidade do Rio de Janeiro. Há muito pouca discussão, e o Secretário tinha colocado aqui a questão dos distritos industriais. Todos os três governos da Guanabara fazem uma política econômica a partir de idéias e pressupostos absolutamente equivocados. Ou seja, a política na Guanabara, na idílica Guanabara, segundo os difusionistas, a política na Guanabara é um absoluto equívoco. Em todos os anos, na Guanabara, se trabalha com estratégias equivocadas. Por isso, discutirmos o Plano Diretor, discutirmos a nossa cidade, discutirmos estratégia, construirmos massa crítica sobre a região é absolutamente necessário, com essa suposição que constrói toda a estratégia econômica nos 14 anos de vigência da Guanabara. Porque a indústria estava indo para o antigo Estado do Rio. Ora, se a indústria estava indo para o antigo Estado do Rio, é necessário retê-la na Cidade do Rio de Janeiro; se é necessário retê-la na Cidade do Rio de Janeiro, vamos construir, abrir terrenos com infra-estrutura e vender a preço baixo. Como, na verdade, a indústria não estava indo para o antigo Estado do Rio de Janeiro, a política dos distritos industriais é um rotundo fracasso. Santa Cruz, em 1973, o bairro inteiro de Santa Cruz tinha 15 indústrias: só 2% do total de indústrias da Cidade do Rio de Janeiro. Mas, então, por que se fez essa política? Por que se teve essa estratégia? Porque a Federação Industrial Patronal da Cidade do Rio de Janeiro fez um diagnóstico, que dizia que a indústria estava indo para o antigo Estado do Rio. Ela se baseava em duas coisas, e uma delas é que o antigo Estado do Rio crescia mais que a Cidade do Rio de Janeiro em termos industriais. Por que o Estado do Rio crescia? Por causa dos investimentos federais: CSN, Reduc, Álcalis, Fábrica Nacional de Motores. Se nós tirarmos isso – apesar de algumas indústrias realmente irem para a Baixada como para Petrópolis –, o antigo Estado do Rio passa a crescer abaixo da média nacional. Ou seja, o que estava indo para lá não era significativo, e os documentos da Fiega, que tive oportunidade de obter, são ridículos, e não mostram esse tipo de coisa. O Sr. João Paulo de Almeida Magalhães, amicíssimo meu, que estava na minha banca de Defesa de Tese de Doutorado, é a pessoa que tem mais trabalhos sobre o Rio de Janeiro, e ele, com certeza, não leu esse documento e fez alguns textos com base nesse pressuposto que lhe venderam. O próprio João Paulo de Almeida Magalhães nunca teve, apesar de ser a pessoa que mais escreveu sobre o Rio de Janeiro, de ter sido consultor da Firjan durante muitos anos, como sua preocupação central a cidade, seu

interesse principal nunca foi a cidade: sempre foi o Brasil e o mundo, como é da tradição da nossa formação. Então, vejam, na verdade, o principal escrivão do Rio de Janeiro estava muito mais preocupado com outras coisas do que com a cidade. O João Paulo, meu amigo fraterno, figura admirável, na minha banca falou: “O Mauro tem razão, e eu estava errado”. E por que isso? E por que estou acentuando isso? Porque temos de passar a discutir a região, continuando a ser cosmopolitas, mas sendo, também, locais, pensando com cuidado a nossa discussão, ou trazendo as discussões para aqui. Uma coisa muito interessante, Vereador, é que tenho um cunhado que diz que o Lacerda foi stalinista a vida inteira. Eu acredito que seja verdade. O Lacerda, num dos seus atos autoritários, quando da criação da capital, caça o mandato da Câmara de Vereadores. Se nós formos ler a Lei Santiago Dantas, veremos que ela previa isso, porque a Lei Santiago Dantas, que cria a Guanabara, é feita em cima das pernas, um mês antes da mudança da capital. A três meses da mudança da capital, foi costurado um acordo no Congresso Nacional, determinando que haveria a fusão da Cidade com o Estado do Rio de Janeiro. O Senador Néelson Carneiro, a quem eu fui muito ligado, mas com quem nunca tive a oportunidade de conversar sobre isso, até porque ele faleceu antes de eu estudar essas questões, o Néelson Carneiro foi quem, na verdade, “Furou” esse acordo que promoveria a fusão, em 1960, da Cidade com o Estado do Rio de Janeiro. Acredito eu que o PSD, cujo único membro na cidade era o Amaral Peixoto, tinha uma força política muito maior do que a dele. Na verdade, a fusão não se fez em 1960 por uma série de interesses individuais. O Lacerda, como está nos documentos em depoimento, era a favor da fusão, mas eleitoralmente, para ele, era muito mais fácil se eleger pela cidade. Então, a fusão quase sai, mas esse acordo é rompido e o Santiago Dantas, com seu tradicional brilhantismo, faz uma lei, já às vésperas da mudança da capital, onde se confirma a Guanabara, o que estava previsto na Constituição, e faz uma legislação que organiza a criação do Estado da Guanabara. Nessa legislação, do ponto de vista do Poder Legislativo, o que que estava previsto? Haveria uma Assembléia Constituinte, que duraria 120 dias e, após a Assembléia Constituinte, o mandato dos Constituintes se fundiria com o mandato dos Vereadores eleitos pelo Distrito Federal em 1958, e esses mandatos vigeriam até 1962. O Lacerda se articula com a Constituinte e com o Poder Judiciário e, num ato absolutamente arbitrário em relação ao previsto na Lei Santiago Dantas, caça o mandato dos Vereadores. Na verdade, a Assembléia Legislativa passa à cidade em 1960, 1962, somente a partir do mandato dos Constituintes eleitos em 1960. Bom, eu acho essa frase do Niskier muito feliz: depois da mudança da capital para o Planalto, o povo carioca descobriu que só conhecia de si mesmo e da sua cidade a visão do turista apressado, aquele cara que viaja para a Europa fica três horas em cada local, e de-

pois nem lembra o que viu. Então, é isso. Essa discussão é absolutamente fundamental para conhecermos mais nós mesmos.

Então, se o estado entra em crise, o Rio de Janeiro perde muito. Nossa indústria é voltada para o mercado interno, se a economia brasileira pára de crescer, o Rio de Janeiro perde muito, mas essa não é a única variável dessa crise. Acho que, do ponto de vista econômico, há duas principais bases teóricas para pensar o nosso país, a nossa cidade e o nosso estado. É a visão liberal e a economia em que o território e a história não contam, ou seja, os liberais vão dizer que a economia se organiza pelo mercado e que, na verdade, boa parte desta discussão aqui seria desnecessária; já a Universidade de Campinas, tem como única preocupação – é uma visão mais crítica - a macro-economia nacional, ou seja, a questão central e basicamente única é a economia brasileira voltar a crescer. Se a economia brasileira voltar a crescer, o Rio volta a crescer, inclusive pelas suas características.

Acho que esse mar teórico não consegue explicar, por exemplo, o fato de, nos anos 70, a indústria no Brasil crescer 300% e a indústria no Estado do Rio de Janeiro crescer apenas 150%, enquanto Minas Gerais cresce 450%. Ou seja, a economia brasileira, para a Cidade do Rio de Janeiro, é fundamental? É, mas nós podemos estar traçando estratégias, como bem colocou aqui o Secretário, vinculadas ao setor de petróleo, e estarmos potencializando coisas, é óbvio. Há o que fazer do ponto de vista local e regional, há muito que o dinamizar e há muito que se ter de preocupações e resultados com as questões social e econômica.

Bem, do ponto de vista político, acho que fomos o local que mais sofreu com o Golpe de 1964 porque, na verdade, a história da Cidade do Rio de Janeiro é a intervenção, ou seja, a Cidade do Rio de Janeiro, do ponto de vista local, quase nunca pôde ter política. Quando se cria a capital na República, cria-se dentro de uma idéia autoritária e conservadora; do ponto de vista político, a Cidade do Rio de Janeiro quase nunca teve uma lógica local importante, e do ponto de vista nacional, nós elegíamos os nossos Deputados. Quem eram os Deputados e Senadores que se elegiam pela Cidade do Rio de Janeiro? Eram figuras da política nacional. Em 1958, você tem Afonso Arinos contra o Lutero Vargas; em 1962, disputaram a vaga da Guanabara Aurélio Viana, Deputado Federal por Alagoas, pelo PSB, contra o Juracy Magalhães, Governador da Bahia. Esse é o Rio nacional. Brizola vem para cá e tem 25% de votos como Deputado Federal, em 1962.

Por outro lado, se na cidade a questão local já teria pouca importância, o fato de não ter eleição para Prefeito tira ainda mais a lógica.

Há uma discussão absolutamente inconsistente com relação à região, e as estratégias são equivocadas. Acredito que todos os Governos, na cidade e no estado, do ponto de vista estratégico, ou foram bastante ausentes, ou foram equivocados. Ou seja, em

nenhum momento – e tive o prazer de fazer uma exposição para a equipe do Prefeito Cesar Maia, em novembro do ano passado, quando ele reconheceu isso do ponto de vista de suas gestões anteriores, e acredito que em todos os casos isso ocorreu – existiram estratégias consistentes de desenvolvimento econômico e social na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro. E com isso entramos num círculo vicioso a partir de 1960, e isso seria para mostrar esse tipo de coisa, que é uma realidade. Isso continua depois.

Bem, além da nossa crise econômica estar vinculada à falta de discussão sobre a região, à falta de estratégia, é claro que existe, também, na crise do Rio de Janeiro, uma perna nacional. Às vezes, eu exagero ao realçar o local exatamente porque ninguém fala nele. É claro que, a partir da crise dos anos 80, por exemplo, quem mais perde é a Cidade do Rio de Janeiro, porque o gasto público é que é fundamental.

Além disso, uma coisa muito curiosa é que a Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro tinha menos poder do que a de outras regiões, porque quem analisava veto do Prefeito na Cidade do Rio de Janeiro não era a Câmara, mas o Senado Federal. Ora, quem se candidata a um espaço que tem pouco poder? Na verdade, personagens, na maior parte dos casos, de não muita importância, ou seja, se é um espaço pouco importante, você não terá tantos personagens se candidatando àquele espaço.

Então, o Rio de Janeiro tinha uma lógica nacional extremamente radicalizada, e uma lógica local extremamente fragmentária, localista e pouco importante na vida da cidade, com poucos debates macro-locais, o que acentuava a pauta de discussão sobre a região. Com isso, quando vem 1964, o Rio nacional é cassado. Por que o Rio nacional é cassado? Porque o PTB é cassado. Dos dez Deputados Federais eleitos em 1962, oito são cassados no correr dos anos 60. Os mais votados são cassados. E a UDN também é cassada, em grande parte. Por quê? Porque a UDN aqui era Lacerda, e, quando o Lacerda começa a perceber que os militares estavam gostando da coisa e que não iriam mais sair, ele rompe com o regime militar. Além do que, a política do Castelo Branco, que era uma política recessiva, atinge com uma brutalidade enorme essa região. O Lacerda entra na eleição para Governador com dois meses e meio de salários atrasados. Por isso, Lacerda rompe com o regime militar e vai para oposição, e os lacerdistas que vão para a Frente Ampla – o Mauro Magalhães me deu esse depoimento – são todos cassados. Com isso, quem é que vai ocupar esse espaço? O Chagas Freitas, a partir da lógica eninentemente clientelista, fragmentária do jogo local da Cidade do Rio de Janeiro. E, a la Douglas North, Hodgson e outros autores, surge um marco de poder, um marco institucional que, no meu entendimento, nessa região, tem uma clientela com importância muito maior e com menos contrapeso, tendo em

vista a pouca força das nossas instituições nos planos local e nacional.

Há uma declaração da Governadora Rosinha, que apresentei no debate do jornal O Globo o que deixou o Tito Ryff ficou meio zangado comido, que é a seguinte: “Após o chaguismo e o brizolismo, por que não o garotismo?” Ora, o que é isso senão uma lógica extremamente clientelista, personalizada, desqualificadora da gestão pública, das políticas públicas, da organização da sociedade civil?

Eu acho que é esse marco de poder que nós estamos vivendo. É claro que nós temos que discutir a região; nós temos que aprovar leis do Plano Diretor, mas, no meu entendimento, da mesma forma como no Espírito Santo, cujo chefe do crime organizado presidia a Assembléia Legislativa, o que não é o caso nesta Casa, ou no Acre, onde tínhamos o Deputado “motoserra”, acho que na Cidade do Rio de Janeiro nós temos um marco de poder extremamente desestruturantes. Os indicadores são diversos nas mais variadas áreas e não haveria tempo para eu falar sobre isso, mas a superação é essa. E mais, essa lógica de clientela, surge pela Cidade do Rio de Janeiro a partir das cassações, com Chagas Freitas, homem da elite carioca, dono do jornal O Dia, presidente do Sindicato de Jornais e Revistas, membro da elite carioca, filho de desembargador, com apoio dos militares. O Chagas não era a oposição possível, o Chagas era homem do regime militar. Quando houve a bomba no Riocentro ao Governo do Estado – ele era Governador à época – foi solicitado, e eu participei da equipe que organizou aquele show, politicamente. Não foi um PM, um policial civil para o Riocentro. Paralelamente a isso, havia a blitz na saída do Riocentro.

Então, o MDB, que serve como elemento de resistência em outros locais, na verdade, não tem espaço para resistência ao regime militar, ou tem muito menos, do ponto de vista formal, aqui na região. Isso gera um marco de poder extremamente desestruturante. Isso é o que eu procurei estudar.

Agradecendo novamente ao Vereador Eliomar Coelho, à Comissão, ao Vereador Jorge Felipe, quero agradecer a oportunidade de estar aqui.

É essa a contribuição à reflexão que posso trazer para os senhores.

Muito obrigado.

(PALMAS)

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Eliomar Coelho, Membro da Comissão)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Obrigado, Mauro Osório.

Passo a palavra, agora, o Sr. Adhemar Mineiro.

O SR. ADHEMAR MINEIRO – Bom dia.

Eu agradeço à Câmara o convite para falar sobre um tema que não é propriamente um tema do Dieese, que é o Plano Diretor. Então, na verdade, vou procurar falar aqui sobre alguns elementos em relação à questão de emprego e a renda do Município do Rio de Janeiro, como a contribuição a essa discussão.

Há uma segunda restrição, que é metodologia que o Dieese desenvolveu junto à Fundação Seade, em São Paulo, das pesquisas de emprego e desemprego. Existem pesquisas para seis principais regiões metropolitanas, no Brasil, mas para o Rio de Janeiro não existe essa pesquisa. Então, o que eu vou citar são dados da pesquisa mensal de emprego do IBGE, já que a pesquisa com metodologia do Dieese e da Fundação Seade não existe para a nossa região metropolitana. Bom, há algumas vantagens em falar por última, porque muitas coisas já foram faladas. Não vou repetir, vou apenas mencionar, quando achar que vale a pena fazer menção. Seguramente, pelo menos a parte grande a que assisti, na exposição do Vice-Prefeito Otavio Leite, meu ex-colega de colégio, acho que ele já deu uma quantidade de números suficiente, e não vou precisar citar muitos outros números, só os que julgar absolutamente relevantes. Então, vou tentar fazer uma intervenção mais específica e mais breve sobre o tema, pegando especialmente essa questão do emprego e da renda no Município. Bem, o Rio de Janeiro é a segunda cidade em importância econômica do País. Ele continua sendo, apesar de tudo, um centro industrial importante, continua sendo um centro financeiro, turístico, de comércio e de serviços. E o Rio de Janeiro é um centro regional. É impossível – acho que o Mauro já disse isso, e não vou me estender muito -, é impossível pensar no Rio de Janeiro sem pensar o conjunto do Estado. O Rio é o ponto mais importante da região metropolitana, e a região metropolitana são quase $\frac{3}{4}$ do PIB estadual. Então, não tem como dissociar. E, mais do que isso, o Rio, como cidade, é um centro regional que vai para além das fronteiras do próprio Rio de Janeiro. Quer dizer, para a região da Zona da Mata de Minas, para parte grande do Espírito Santo, o Rio de Janeiro é a referência. Então, acho que é importante a gente levar isso em consideração. E nos últimos anos, o que teve dinamismo – o Mauro já falou disso, não vou me estender muito – foi essa questão da indústria do petróleo, tanto no Estado como na Cidade, na medida em que o Rio sedia a Petrobras e sedia, também, a Agência Nacional de Petróleo, além de outras empresas ligadas ao setor de petróleo. Porém, a indústria de petróleo, como a gente sabe, apesar do dinamismo e do valor da produção, não é uma indústria empregadora. É uma indústria altamente concentrada, do ponto de vista da sua operação e também do ponto de vista da renda, mas emprega muito pouca gente. Mesmo se você considerar os empregos indiretos, a indústria do petróleo emprega pouco, e é essencialmente uma atividade de mineração – como toda a atividade de mineração, é

predatória. Ou seja, você vai extrair o recurso, e vai exauri-lo depois de algum tempo, não tendo mais nada. Se você não tiver políticas específicas voltadas para tributar fortemente uma indústria de mineração, o risco, é no final, você ter o buraco, digamos, você ter o que ficou depois de extraído o recurso. Então, acho que essa é uma questão importante quando a gente for pensar a questão da indústria do petróleo no Estado e, também, na Cidade do Rio de Janeiro. O Rio também tem e acho que o Mauro já falou bastante isso, uma história como centro de referência de pensamento nas questões nacionais. Então, não é só a indústria do petróleo que é uma indústria nacional, mas a indústria da cultura também está no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro sedia a Rede Globo, a maior empresa cultural do País. Isso faz com que, digamos, você tenha algumas possibilidades de articulação com esse tipo de empresa, mas, também, que você continue pensando nacionalmente, isso faz parte da história do Rio de Janeiro. É uma decorrência quase natural, quer dizer, a cultura do Rio de Janeiro foi imposta praticamente como a cultura nacional a partir da Rádio Nacional e do fato de ser a capital do País. O samba era uma coisa do Rio, não era do Brasil, é de repente, vira uma coisa nacional, assim como os times de futebol do Rio de Janeiro são os times nacionais, assim como as pessoas todas do Brasil têm uma atenção especial com o Rio de Janeiro, e o Rio de Janeiro é uma referência internacional do País. Ou seja, se você chegar a qualquer lugar e perguntar, as pessoas vão lembrar, como cidade no Brasil, o Rio de Janeiro, menos quem tenha um interesse comercial ou industrial, que lembrará São Paulo, ou alguém da área diplomática e política, que pensará em Brasília. Mas, em geral, quando você fala em Brasil, a referência é o Rio de Janeiro. Tanto que o Rio de Janeiro segue como principal portão de entrada turístico de nível nacional e como conexão para outros pontos do Brasil. Então, é importante levar isso em consideração.

Eu peguei alguns dados que achei interessantes para comentarmos.

Quando você pega a renda para a região metropolitana do Rio de Janeiro, o dado disponível pela PME, vê que o Rio de Janeiro, entre as regiões pesquisadas, tem a terceira renda média do pessoal ocupado. Porém, já como terceira renda média, está abaixo da média de todas as regiões metropolitanas pesquisadas, sendo que só duas das regiões metropolitanas, São Paulo e Porto Alegre, estão acima da própria média. O Rio de Janeiro está abaixo dessa média e, é claro, num posto muito próximo a Belo Horizonte. Esses dados da PME são para o pessoal ocupado, e os dados para a renda per capita global mostram que o Rio de Janeiro é a segunda região metropolitana em renda per capita, depois de Brasília, isso demonstra a concentração de renda na região metropolitana do Rio de Janeiro. Quer dizer, você tem muito mais expressão como renda per capita geral em relação à utilização do dado da renda do pessoal ocupado do que do rendimento médio

do pessoal ocupado. Então, esse é um primeiro elemento que considero importante, que deveria chamar atenção para a importância de políticas de redistribuição de renda no nível da Cidade, no nível da região metropolitana.

Um outro ponto diz respeito à questão da desocupação. Quer dizer, o Rio de Janeiro, entre as cidades ouvidas pela pesquisa mensal de emprego, é o segundo com a taxa de desocupação mais baixa; só Porto Alegre tem uma taxa de desocupação menor do que a do Rio de Janeiro. Porém, e isso é muito curioso, no mês de março, último dado disponível, 8,4% da população estava desocupada no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem cerca de 13% da população ocupada com um rendimento, dividido pelo número de horas, menor do que o salário mínimo. Ou seja, são pessoas que têm renda abaixo do salário mínimo em termos de valor de hora e é uma forma de você comparar quem tem emprego com tempo parcial etc. Portanto, se você somar esses 12,7% com os 8,4%, verá que mais de 20% da população do Rio de Janeiro está entre desocupada e com ocupações abaixo de um salário mínimo, o que poderia ser considerado uma forma de desocupação, ou um trabalho precário. Então, acho que é importante levar essa estimativa em consideração.

Na composição de emprego no Rio de Janeiro, é curioso que cerca de 20% do emprego seja industrial, sendo que isso leva em consideração, quase 8%, que é emprego na construção civil, ou seja, mais ou menos 12% é indústria de transformação, e o resto é construção civil. Isso chama atenção numa Cidade que tem os problemas de infra-estrutura que tem o Rio de Janeiro, do ponto de vista de saneamento, de transporte, de habitação, etc, quer dizer, se você tiver políticas específicas para essas áreas, você pode ter um efeito rápido de incremento em cima desses 8% empregados na área de construção civil. Quando você observa os dados desagregados – não vou citar de cabeça – vê que o emprego na construção civil é o que mais tem recuado, ou seja, há muito que fazer, e o que tem de ser feito não vem sendo feito nos últimos anos. De qualquer maneira, para os poucos mais de 12% da área industrial, você poderia pensar que medidas específicas de ativação da indústria poderiam ter efeitos grandes. Estou falando basicamente das indústrias, como a indústria da construção naval, que já teve um papel grande, no caso do Rio de Janeiro, e que foi perdendo relevância. E agora, com a vinculação de setores de construção e reparo na área da indústria naval, à indústria de petróleo, você tem a possibilidade de alguma geração de emprego nessa área. Só que o emprego, na construção naval é muito sazonal, ou seja, você emprega para construir uma plataforma ou para construir um navio, e desemprega logo em seguida. Se você não tem encomendas, encomendas firmes, durante um tempo relevante, esse emprego desaparece.

Do ponto de vista estratégico o que pode alavancar, durante algum tempo, a modernização da indústria de construção naval,

tornando esse setor fornecedor não só da Petrobrás, mas um fornecedor numa escala mais ampla – nacional e internacional – é a garantia de alguns períodos de encomenda firme, basicamente da Petrobrás. É necessário isso para haver uma reestruturação desse setor.

Chama atenção também o peso grande que tem – 18% - segundo uma pesquisa de março emprego na administração pública, ou seja, o Rio de Janeiro, é uma grande cidade também de servidores, de empregados do setor público. E, aí, toda a política que vem sendo feita, nos últimos dez anos, pelo menos, políticas em que você não garante a massa de funcionários públicos - reajustes e aumentos reais -, é uma política que acaba se voltando contra uma cidade, onde parte dessa população é expressiva, como é o caso do Rio de Janeiro. Isto atinge direta e indiretamente o comércio e a área de serviço do Rio de Janeiro.

Então, uma incidência mais forte do Poder Público Municipal no sentido de que você tenha – digamos – uma recomposição, pelo menos, uma recomposição salarial honesta, do ponto de vista dos servidores públicos em nível federal, estadual e municipal, é uma coisa que poderia servir como um alavancador importante do ponto de vista de gerar impactos no comércio em serviços, na Cidade. Estas são as grandes áreas empregadoras na cidade.

Do ponto de vista do emprego também, o Rio de Janeiro tem uma particularidade que é o volume muito grande do emprego informal na Cidade. Se você somar os trabalhadores sem carteira assinada com os chamados “conta própria” – uma parte também é emprego informal -, você vai ter 44% do total dos empregados da Cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, isso vai dar quase três quartos do pessoal empregado no Rio de Janeiro. Se vocês somarem essas categorias, é um peso enorme do setor informal na Cidade.

Quando você pega os dados do Rio de Janeiro, você também observa a quantidade de trabalhadores, aqui na Cidade, com mais de cinco salários mínimos. Esta também é uma parcela expressiva da população do Rio de Janeiro e, de novo, aponta para a questão da concentração de renda no Rio de Janeiro, então, é uma coisa que tem que ser pensada, né?

Do ponto de vista do pessoal desocupado, uma coisa que chama atenção é que quase 50% dessas pessoas que estão desocupadas gastam entre um mês e seis meses para conseguir uma nova ocupação, que é um prazo razoavelmente pequeno, quando você compara, por exemplo, com região metropolitana de São Paulo, que está quase o dobro disso. Então, isso poderia parecer, digamos, um indicador positivo para o Rio de Janeiro, ou seja, aqui, uma pessoa que fica desocupada consegue uma ocupação mais rápido; porém, a outra leitura dessa informação é a seguinte: no Rio de Janeiro a rotatividade da força de trabalho é muito maior, ou seja, você tem uma sazonalidade muito grande nos empregos no comércio, nos empregos em serviços, em muitas

atividades de serviços vinculadas ao ciclo de turismo, da indústria cultural, muitas atividades de comércio, também vinculadas a ciclos específicos. Você, perto da época de algumas vendas, contrata mais gente e depois desconrata. Então, no caso do Rio de Janeiro você acaba tendo uma rotatividade muito grande da força de trabalho, e isto deveria também ser levado em consideração, talvez até para fazer alguma incidência sobre o comércio e prestadores de serviço, no sentido que você não tivesse tanta rotatividade na força de trabalho no Rio de Janeiro.

Bom, finalmente, eu queria colocar algumas coisas, algumas delas eu já falei. O Rio tem algumas possibilidades importantes; uma delas eu acho que é essa que eu citei, que é a questão de infra-estrutura e que pode ter um reflexo muito rápido na área de construção civil. O Rio, até porque montou uma parte disso lá atrás, talvez na época de capital, tem muito a ser feito no sentido da modernização do sistema de transportes, que é caótico. Você teria que ter investimentos nessa área e todos esses investimentos podem gerar um impacto importante no ponto de vista do emprego.

A questão do turismo eu acho que já foi falada, o Mauro falou sobre isto. Eu só volto a lembrar que, se você tem atividades de incentivo ao turismo, isso daí vai ter que ser muito pesado, com uma regulamentação muito forte em cima de novo do setor de petróleo. O setor de petróleo é um setor potencialmente hostil à indústria de turismo e, além do mais, no Brasil você tem um histórico de acidentes ambientais, etc., que acabam sendo muito complicados do ponto de vista da indústria de turismo. Provavelmente, ninguém quer ir para uma praia que tem uma plataforma de petróleo quase na sua frente ou que tenha algumas atividades vinculadas à indústria de petróleo, que são atividades perigosas. Então, você teria que ter uma regulação muito forte em cima do setor de petróleo, para que ele não seja visto como hostil a essa potencialidade da atividade de turismo no Rio de Janeiro.

Na área de serviços, eu acho que você tem muita possibilidade de serviços - o Secretário já falou um pouco disso - vinculados à indústria de petróleo, embora, de novo, eu ressalto que isso vai gerar empregos de renda mais alta, porque indústria de petróleo é uma indústria concentrada e, mesmo como prestadora de serviços, não vai empregar muitos prestadores de serviços. Você terá algumas atividades bem remuneradas e não terá muito emprego, mas, enfim, você pode depois pensar, digamos, ter algumas atividades bem remuneradas é melhor do que não ter nenhuma atividade. Eu acho que se deveria pensar muito fortemente nesta questão do complexo cultural no Rio de Janeiro, quer dizer, tem algumas indústrias, alguns setores de serviços vinculados à área de serviços, mas você não tem uma integração muito grande nisso, quando, ao contrário, poderia ter uma articulação até com as universidades.

Por fim, a questão do desenvolvimento de tecnologia, tanto do ponto de vista do serviço quanto do ponto de vista da indústria, é uma coisa que pode ser importante. O Rio de Janeiro tem muitos centros de pesquisas de ponta, universidades, etc., o que poderia gerar retorno se você tiver um incentivo a esse tipo de atividade. Finalmente, eu queria chamar a atenção, para a gente concluir. O setor em que eu estou vendo pouca intervenção política dos governantes do Rio, dos Vereadores, é a discussão dos acordos comerciais internacionais que estão sendo feitos. Por que eu vou citar isso? Porque vários desses pontos que estão sendo negociados, tanto nas negociações da Alca, como nas negociações com a União Européia, quanto na própria OMC, dizem respeito a limitadores de política local, ou seja, abertura na área de serviços. Uma das coisas que está em discussão é a história da abertura na área de serviços de telecomunicações, de modo que isso possa ser prestado no exterior, por satélite, etc. Algumas das maiores empresas de telecomunicações pós-privatização, no Brasil, mantiveram as sedes no Rio de Janeiro. Então, dependendo da negociação nesta área -, por exemplo, negociação do que eles chamam de Modo 2 em serviço, ou seja, prestação de serviços no exterior, o que em telecomunicações significa usar satélites e fazer como se fosse um serviço importado -, pode ter um impacto grande nesse setor. É o mesmo caso das negociações que dizem respeito a compras de governo, compras governamentais. Toda essa política, por exemplo, de encomendas da Petrobrás pode ser inviabilizada, se você faz uma negociação na área de compras de governo em que você tem necessariamente que abrir licitações internacionais quando fizer alguma encomenda. Isso tem passado ao largo. E outras cidades, como São Paulo, eu vejo representantes da Cidade de São Paulo acompanhando as discussões até no nível do Itamarati. Algumas dessas discussões são abertas, mas não vi nenhum posicionamento de representantes da Cidade do Rio de Janeiro. Sobre isso, seria importante sinalizar, no caso do Ministério de Relações Exteriores, que não interessa à Cidade do Rio de Janeiro que você tenha limitações para fazer políticas de desenvolvimento, por conta de que os acordos comerciais impõem que você tem que abrir a área de compras de Governo e tem que fazer licitações internacionais ou que tem que abrir o seu setor de serviços em várias áreas, seja audiovisuais, que pode ter um impacto grande na Cidade, seja telecomunicações e assim por diante.

Eu acho que você tem algumas preocupações, digamos, que vêm da história do Rio de Janeiro. O Mauro discorreu muito sobre isso, de forma interessante, e eu não queria repetir, que é essa coisa do esgotamento, do fim da capital no Rio de Janeiro, enfim, todo impacto que se tem, até do ponto de vista desse emprego de servidores no Rio, que é de 18%, mas, provavelmente, em algum momento na história, foi mais de 30% da população, com uma população menor e toda a máquina aqui, no Rio de Ja-

neiro. Pode haver até problemas de nova ordem derivados dessas negociações internacionais, que podem ter efeitos sobre as potencialidades de desenvolvimento futuro do Rio de Janeiro.

Então, eu queria só levantar estes problemas. Já vi que acendeu a luzinha, que deve indicar que o meu tempo deve estar acabando. Agradeço de novo à Mesa, aos Vereadores o convite e quero dizer que existe essa limitação, que o Dieese não é uma instituição que estuda Plano Diretor, mas, sempre que chamados para dar alguma contribuição na área de emprego e renda, nós nos dispomos a participar da discussão aqui.

Obrigado a todos.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Obrigado, Adhemar Mineiro.

Passo a palavra, agora, para Tamara Tânia Cohen Egler.

A SRA. TAMARA TÂNIA COHEN EGLER - Muito obrigada, Vereador Eliomar.

Eu gostaria, primeiro, de registrar a importância do evento, à medida que o evento se propõe a examinar as relações que se estabelecem entre o Plano Diretor e a importância da participação social e o processo democrático. Eu penso que é da maior importância abrir, então, este lugar de interlocução, que nos permite trazer um pouco do que a gente vem pensando da nossa Universidade. Agradeço, sinceramente, o convite para participar deste debate.

Bom, a proposta da Mesa é examinar a relação que existe entre trabalho, emprego e renda e Plano Diretor. Eu penso que essa proposta é muito importante, à medida que ela traz a importância do espaço no processo de desenvolvimento social. Então, trabalhando nessa direção, a minha pergunta é: como examinar a questão do Plano Diretor no contexto de um processo de globalização? Eu penso que a primeira questão que se coloca, hoje, é que nós estamos diante de um processo de globalização que transforma profundamente o mercado de trabalho, a dinâmica da indústria, as formas de organização do espaço e as políticas urbanas. Por essa razão, a nossa proposta é no sentido de entender quais são os efeitos do processo de globalização sobre as políticas urbanas na contemporaneidade. Como existe uma resposta do Governo que propõe determinadas políticas urbanas nesse contexto, o que podemos fazer para propor formas alternativas de produção de políticas urbanas, que levem à produção de melhores condições de vida e de trabalho para as pessoas que moram na nossa Cidade?

Inicialmente, eu tinha estruturado minha fala em três grandes temas. Um, no sentido de examinar as condições de emprego e renda na Cidade do Rio de Janeiro. Segundo, no sentido de exa-

minar as políticas urbanas globais. Terceiro, no sentido de fazer uma proposta para o futuro da Cidade, no sentido de pensar novas estratégias de políticas urbanas. Mas, como as pessoas que participam da Mesa, que me antecederam, quase todas elas trouxeram as mesmas estatísticas que tive oportunidade de ver, então vou eliminar essa primeira parte da fala, no sentido de observar quais são as condições de emprego e renda, porque tivemos oportunidade de observar isso nas falas que me precederam.

Só gostaria de acrescentar o seguinte.

Primeiro: a questão do trabalho é uma questão que está associada à condição humana. Ela fala da capacidade criativa dos homens em produzir seus meios de subsistência e condições de vida. É uma categoria analítica de forma abstrata, que vale para qualquer momento histórico: trabalho, como condição humana.

Segundo: gostaria de dizer que emprego está associado ao mercado de trabalho, quer dizer, está tratando de uma conjuntura, uma conjuntura num determinado momento histórico. Então, a condição de emprego é socialmente produzida numa conjuntura histórica. E a renda? A renda é produto do trabalho, aquilo que as pessoas ganham como resultado do exercício do trabalho. Então, certamente, essa articulação trabalho, emprego e renda é oportuna, na medida que propõe essa reflexão. Mas temos que tomar cuidado para perceber que trabalho é uma coisa, emprego é outra coisa e renda é uma terceira coisa, que mudam em diferentes contextos históricos.

Tem um professor meu, Flávio Mota, lá em São Paulo, que dizia assim: "Tem muito trabalho, pouco emprego." Essa fala ficou marcada dentro da minha cabeça, porque realmente a gente tem muito trabalho e pouco emprego. A questão do trabalho está inscrita no centro da teoria da modernidade. Isso quer dizer o quê? Que o trabalho sempre foi considerado como a condição de alcançar a plenitude do desenvolvimento social. Por essa forma de pensar, o trabalho e a economia é que produzem a riqueza, socialmente produzida, permitindo então, em suas diferentes formas de distribuição, o pleno emprego, levaria ao desenvolvimento social. Essa é uma forma de pensar que coloca a economia como determinante do processo de desenvolvimento social. Nessa forma de pensar, o Estado teria a responsabilidade de garantir as condições do trabalho, de moderar a ação do desenvolvimento capitalista, proteger a competição e garantir a oferta de trabalho. O Estado social, então, tem a condição de moderar a ação capitalista.

O que temos observado é que existe um esgotamento dessa forma de pensar. Então, essa forma de pensar, onde a economia seria o centro do processo de desenvolvimento social, está em questionamento, o que nos obriga a repensar a estrutura social, no sentido de reconhecer outras estratégias de transformação que não estão necessariamente associadas ao desenvolvimento da economia. Antes era focar no desenvolvimento econômico e,

como resultado desse desenvolvimento econômico, haveria o desenvolvimento social. A gente pode inverter. A minha proposta é inverter um pouco isso e pensar como a gente pode pensar no desenvolvimento social que tem como derivação o desenvolvimento econômico. Então, eu penso que é um desafio que está posto na Mesa, porque só tem economista nessa Mesa e eu sou socióloga, mas eu me proponho a participar do debate e trazer um pouco dessa reflexão.

Eu vou pular essa parte dos rendimentos porque certamente... Eu só queria acrescentar o seguinte: nós temos observado um decréscimo da renda da população na Cidade do Rio de Janeiro. Esse processo é muito perverso, porque, além de observar um decréscimo da renda média, nós estamos observando que essa diminuição dos rendimentos das classes trabalhadoras aumenta na periferia da Cidade.

Então, por exemplo, em 1980 a população pobre na Cidade era de 12%; em 1990, de 17%. E 50% da população tinham 2,9 salários mínimos; em 1990, 50% da população tinham 2,3 salários mínimos. Ou seja, houve um decréscimo da renda. O fato concreto é que nós estamos diante de um processo de empobrecimento da nossa sociedade. Então, esse é um dado importante no sentido de que as pessoas então mais pobres. Essas são evidências do processo de transformação em curso. Eu acho que existe uma precarização das condições de vida e de trabalho, redução do número de pessoas com carteira assinada, crescimento da categoria do "conta própria". Temos um processo de informalização do mercado de trabalho, diminuição da contribuição à Previdência Social.

Essas são as evidências do processo de transformação em curso, quando podemos observar os efeitos perversos das destruições das condições de vida e de trabalho preexistentes. As condições dos homens, mulheres e crianças – como tivemos oportunidade de ouvir aqui – que habitam a cidade estão mais precárias. Então, frente a essa condição, o que fazer? A pergunta que nos reúne aqui é: “o que fazer?” Todos nós estamos procurando respostas. O que podemos fazer? Eu acho que isso é um questão que nos persegue diariamente, quando a gente passa na rua e vê que tem um trabalhador que está ali na esquina da sua casa vendendo um pouco de frutas e, logo depois, pára um policial, param cinco ou seis guardas, que tiram a mercadoria desse trabalhador e vão embora sem deixar sequer uma ocorrência. E a gente sabe o que acontece na nossa cidade todos os dias. Então, eu penso que é muito importante a gente trabalhar no sentido de entender o que fazer para melhorar as condições de vida e de trabalho das pessoas que habitam nossa cidade.

Nessa direção, eu vou primeiro examinar o que está sendo feito. Qual é a política urbana, hoje, e qual é o discurso da política urbana que se propõe ao desenvolvimento social? E depois eu vou fazer uma proposta para o futuro, para compor o trabalho

que está sendo desenvolvido por esta Casa, no sentido de ouvir o que se pensa sobre a cidade e outras esferas do tecido social. Então, eu diria o seguinte, são três perguntas. O que está sendo feito pelas políticas urbanas? Quais são as políticas urbanas globais? E como pensar um projeto alternativo? Penso o seguinte: nós estamos diante de um contexto de globalização, e não adianta gritar que a gente não gosta. Ele existe e veio para ficar. E nós não temos o poder de dizer que isso nós não queremos. Nós podemos pensar sim, numa globalização alternativa. Alternativa ao processo de globalização que está sendo implementado na nossa cidade. Então, eu também não vou me alongar muito porque já está bem adiantado.

Mas o processo de globalização constitui novos fluxos internacionais que redefinem a lógica do investimento capitalista. Isso quer dizer que, na medida em que existe uma mobilidade dos capitais, o estado não tem mais o poder de controlar o investimento capitalista. A ação do capital é externa. Ela transforma a base produtiva, o mercado de trabalho e a ação dos sindicatos. Então, ela transforma a estrutura de produção, criando uma nova lógica do mercado mundial, novas relações no mercado de trabalho, novas especialidades e novas articulações em rede.

Eu gostaria de sublinhar essa idéia das redes. Porque nós estamos diante de um processo de construções de redes globais, e é nessa categoria de pensamento que nós vamos observar a produção das redes de cidades globais. A produção das redes de cidades globais, de um lado, e a alternativa de redes sociais, do outro lado. Não quero me antecipar, mas quero sublinhar a importância das redes. Então, o que está sendo proposto para a Cidade do Rio de Janeiro é incluir a Cidade do Rio de Janeiro nos sistemas de redes globais. Por isso, a revitalização da zona portuária, o Museu Guggenheim, como âncora desse processo. Quero aqui lembrar a ação do Vereador Eliomar Coelho na resistência social a esse projeto. A Cidade da Música, os Jogos Pan-Americanos, Favela-Bairro, o Rio-Cidade, tudo isso tem por objetivo colocar a Cidade do Rio de Janeiro no circuito de cidades globais.

As políticas urbanas globais realizam uma ação que valoriza a dimensão simbólica do processo espacial e reduz a importância da realidade que faz o espaço social. O que é isso? Estamos diante de um desenho de políticas urbanas na nossa cidade que propõe a construção de um espaço para, primeiro, valorizar a ação das multinacionais que trabalham no mercado de turismo internacional. Vou me opor um pouco à fala do Mauro aqui, para que a gente possa... Quer dizer, nós temos que examinar quais são os efeitos positivos do turismo internacional sobre a nossa cidade. Eu considero que, pelo que foi possível examinar em outras cidades do processo de globalização, como Atenas e outras cidades que fazem parte do circuito global, pouco resta para a população local do sistema de acumulação que acontece no circuito global. Porque são grandes empresas internacionais de

turismo, são grandes empresas que fazem hotéis; então, todo o dinheiro fica no circuito das corporações globais. Para a população restam as franjas e a periferia desse processo.

Então, quero fazer um parêntese aqui com o Mauro, e nós depois podemos debater. O que importa é reconhecer que as políticas urbanas propõem... quer dizer, eu considero o seguinte: aplica-se na rede global de cidades, mas ignora-se o espaço social. Importa reconhecer que as políticas urbanas estabelecem um espaço simbólico que distingue as elites globais e ignora as intervenções em benefício de uma vida digna no lugar. Quer dizer, você valoriza a produção de um espaço para o deleite global e ignora as condições de vida das pessoas que habitam a cidade.

Então, qual é o projeto alternativo? O que acontece com as pessoas que moram no Rio de Janeiro? O que essas políticas globais produzem na população que habita a cidade? Para entender isso, a minha proposta é tornar visível o invisível, que é o espaço social. Eu gostaria de anotar a fala do Werneck, que me antecedeu e eu penso que ele consegue perceber a importância do espaço social, quando fala da informalidade: 50% da população da cidade trabalham no mercado informal! E nós teimamos em não ver: é informal. Aliás, deveríamos mudar essa palavra, informal é aquilo que não tem formalidade, que não é reconhecido, que não é institucionalizado. Eu acho que é exatamente esse o debate. O que faz o espaço social? Esse é o espaço social: 50% da população trabalham no mercado informal.

Precisamos examinar isso. O espaço social é de natureza relacional. Ele é definido por fios invisíveis, de natureza comunicativa, que fazem as relações sociais. Eu não quero ser muito acadêmica, mas eu quero dizer em poucas que o que define o espaço social é a capacidade de comunicação entre as pessoas que compõem o social. É um tecido social. Esse tecido social é tecido através de fios de natureza comunicativa. Então, é isso o que nós somos: múltiplos tecidos sociais. Quando cheguei aqui, olhei e pensei: esse é um bom lugar para eu falar do meu argumento. Olha, esse aqui é um espaço construído: tem vitrais, tem cadeiras, tem parapeito e tem um espaço simbólico, quer dizer, poucas pessoas podem entrar aqui. Tem representação simbólica de um lugar que responde por uma dignificação. Eu penso o seguinte: que nós precisamos romper com a dimensão simbólica dos espaços e trazer o espaço social para dentro. É preciso trazer as práticas sociais, na formação dos grupos que podem ser de natureza variada. São vários grupos: econômicos, políticos, culturais e sociais. Nós podemos ter diferentes articulações de natureza econômica, de natureza política, de natureza social, que conformam o espaço social. Então, pode ser uma fábrica, uma instituição, um bairro, que constituem o sentido de identidade, que acolhe os iguais e afasta os diferentes.

O processo de globalização redefine o uso social do espaço. O processo de globalização redefine o uso do espaço social e esta-

belece novas relações de apropriação do espaço em benefício das elites globais, alheias ao lugar. Bom, qual é o argumento? O argumento é que o desenvolvimento econômico leva ao desenvolvimento social. Isto é uma forma de pensar. O investimento capitalista levaria ao processo de produção de várias atividades econômicas, essas atividades econômicas resultariam na geração de empregos, esses empregos resultariam na elevação da renda, essa renda resultaria no bem-estar social. Nós conhecemos os limites dessa reflexão. Essa história a gente já conhece na história econômica do nosso país. Essa é uma longa e velha história e, por enquanto, ela não deu frutos positivos. O que nós propomos é repensar essa relação, no sentido de examinarmos de que forma nós precisamos trabalhar para manter as redes sociais pré-existentes.

Então, é por isso que eu dizia, no começo da minha apresentação, que há redes globais e as locais. Estamos diante de processos de redes globais e nós propomos a valorização das redes locais, porque as redes globais destroem as locais. Existe um processo de destruição, as redes globais banem as redes locais. Então, a questão é inverter a lógica da ação das políticas urbanas no sentido de valorizarmos as redes locais, no sentido de observarmos o tecido social e vermos quais são as potencialidades desse tecido social. O que esse tecido social é capaz de gerar em termos de trabalho, emprego e renda? Então, trata-se de inverter um pouco a lógica e compreender que o desenvolvimento econômico é resultante do desenvolvimento e da integração social, porque existem três formas de produzir o desenvolvimento. Concordo com o Mauro. Uma é através do dinheiro, outra é através do poder político e outra é através do poder de integração social. Três formas – o capital ou a economia, a política e a sociedade.

Então, eu me proponho a examinar a importância da integração social no desenvolvimento econômico. Para superar o esgotamento da sociedade do trabalho, precisamos pensar no poder da ação coletiva, no sentido de encontrar outras formas de realizar a integração social, porque a economia, a seu modo, faz a integração social. E aí eu penso que temos que valorizar a sociedade. É claro, a educação, a saúde, o meio ambiente são formas fundamentais para o exercício da ação coletiva, mas eu penso na solidariedade e na importância da comunicação para a integração social. É no domínio do espaço social, no mundo da vida, que se transmitem os valores e os conhecimentos culturais que fazem a integração entre os grupos. São os conhecimentos culturais e a comunicação que integram os grupos. Essa idéia da integração social é fundamental, depende da solidariedade.

Eu só vou dizer o seguinte: no lugar do Guggenheim, os museus da cidade; no lugar dos hotéis, a habitação social; no lugar das grifes, a produção têxtil local. É necessário focar diretamente o próprio objeto social que se deseja alcançar para os que vivem e trabalham no circuito da Cidade do Rio de Janeiro, conside-

rando-se os valores e a riqueza do seu cotidiano. Eu só gostaria de dizer que precisamos sair do mundo da imaginação para o mundo da realidade. Nossos governantes ficam muito no mundo da imaginação e nós precisamos cair no mundo da realidade das pessoas, da vida cotidiana, das escolas, dos postos de saúde. Mas o que eu gostaria de frisar, pois isto já está bem trabalhado dentro das outras Mesas, é a importância de uma ação de unificação do tecido social, a formação de diferentes redes de solidariedade para o exercício de todas as formas de ação coletiva, na produção de mercadorias, na organização de políticas e na integração social. No sentido de que possamos, também, observar a importância da inovação tecnológica no desenvolvimento da sociedade, trabalhar no sentido de fazer a inclusão digital, no sentido de fazer a inclusão no mercado de trabalho – cooperativas populares, micro crédito, tudo aquilo que possa se constituir em sustentar a ação do outro. Sustentar! O Governo tem a obrigação de sustentar a ação social, liderar a ação social na Cidade.

Repito, por fim, essa idéia que o Mauro trouxe, do Brizola, de que estávamos perdendo a rua. Eu quero terminar a minha fala dizendo que nós precisamos ganhar a rua para o exercício da ação coletiva.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Obrigado, Tamara.

Agora nós vamos passar para um outro tema que estava previsto ter três palestrantes, inclusive o Secretário das Culturas e uma pessoa representando um professor da Cândido Mendes, que foi internado ontem. E o Secretário, parece, hoje de manhã, informou que não poderia vir. De qualquer maneira, há uma pessoa, a Regina Marconi, que participa da coordenação de evento “Portas abertas em Santa Teresa”, que inclusive tem uma sociedade. Eu acho importante, porque a primeira Mesa foi “Trabalho, renda e emprego” e, interessante, o único que fez alguma referência à cultura foi o Adhemar, que falou da Rede Globo como uma empresa cultural e depois também falou na atividade cultural. A atividade cultural é importantíssima na vida da Cidade, inclusive em relação a trabalho, renda e emprego. As pessoas, às vezes, não dão a dimensão do significado da cultura, inclusive para este componente. Quer dizer, a cultura não é só o entretenimento, a cultura não é só a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da Cidade. A cultura é muito mais ampla. A cultura significa, exatamente, todas as manifestações relativas ao dia-a-dia das pessoas, à realidade da vivência das pessoas no seu cotidiano. Quer dizer, é uma coisa que tem uma importância enorme.

Eu vou passar a palavra para a Sra. Regina Marconi.

A SRA. REGINA MARCONI – Vou agradecer o convite de estar aqui. Eu fiquei me perguntando – eu acho que nós estamos aqui há três horas, discutindo números, discutindo coisas absolutamente sérias – qual poderia ser a contribuição de uma artista plástica que, na verdade, representa um evento que dura três dias durante um ano. E aí eu vou tentar contribuir com uma proposta de política cultural não a partir dessa situação que eu estou colocada. Eu poderia contribuir com a nossa experiência e a proposta de uma postura, mais do que de diretrizes a serem formadas.

Cultura vem de um verbo latino que fala em cultivar, criar, tomar conta, cuidar. Então, quando se pensar em um novo Plano Diretor, é bom que ele seja de dez anos porque as coisas mudam. Talvez a postura do cuidar fosse uma postura a ser pensada como diretriz, porque, na verdade, a Cidade do Rio de Janeiro já tem uma rede de equipamentos, já tem uma história absolutamente rica, talvez, não se precise, com certeza não se precisa, de um novo museu. Mas se precisa cuidar dos museus que se tem, que estão absolutamente descuidados. Essa postura do cuidar, parece-me, é que faz com que o “Arte de portas abertas”, de Santa Teresa, desde 1996 seja um evento vitorioso, sem nenhuma pretensão de criar alguma coisa muito nova, porque não é uma idéia original. Ela é organizada e exercitada, na Europa, por vários países, já há alguns anos, onde os artistas plásticos abrem os seus ateliês. Você abre o seu ateliê e o público entra.

Quando isso ocorre no Rio de Janeiro, essa idéia de se fazer aqui o que já se faz lá fora, a partir de 1996, é porque Santa Teresa, talvez, foi um dos últimos bairros a sentir a violência da Cidade e tinha sofrido uma situação de invasão de um de seus conjuntos de moradias, perto do Morro dos Prazeres, que foi absolutamente traumático para o bairro. E o bairro forma o Viva Santa, que é filhote do Viva Rio, e pensa o que fazer com a violência. E os artistas plásticos se colocam: o que nós, enquanto artistas plásticos, podemos fazer? E se trouxe a experiência de fora para cá: abrir portas.

Por isso é que falo da questão de uma postura. Primeiro, você precisa ter uma postura, para ter vontade política, até para pensar política de diretrizes. A postura foi abrir portas, em um momento em que toda a situação leva a trancar portas, a ficar trancado, a se fechar, a se proteger. O “Arte de portas abertas” vem e abre as portas. Na verdade, durante esses três dias, a gente trabalha com portas abertas. Ninguém toca a campainha para entrar no nosso ateliê ou na nossa casa. A porta fica aberta. E existe uma bandeira dizendo: “Aqui, esta porta está aberta”. E, durante esses anos todos, e a gente espera que continue assim, não temos nenhum tipo de ocorrência que venha a nos fazer pensar, por um minuto sequer, que a gente deva trancar nossa porta.

Essa postura, que faz com que o “Portas Abertas” dure - estamos indo para a 15ª edição – vem contra uma situação que leva-

ria exatamente ao movimento contrário, ou seja, ao invés de fechar, abriu-se. O que ocorre quando se abrem as portas? Santa Teresa passa a criar, e aí se vai falar da questão do emprego e de renda. Santa Teresa estava sendo um bairro deteriorado desde as enchentes de 1967, quando caíram coisas em Santa Teresa, a rua desmanchou e coisas do tipo. E o bairro começa a ser revitalizado, no comércio, nas lojas, nos centros culturais. De lá para cá, mais de noventa casarões foram restaurados. Santa Teresa não pára de restaurar casarões nesses últimos dez anos. Quando se restauram casarões, obviamente se revitaliza o bairro. Estamos aqui pensando e a cada edição se redescobrem novos espaços. No ano passado, abrimos o casarão da Oney, que estava fechado há dez anos. E hoje se pensa em toda uma política de ocupação daquele espaço. A chave-mestra é a Associação dos Artistas, recém-criada, há coisa de um ano, e nós estamos entrando em um hotel que também estava sendo deteriorado. Hoje, ele começa a ser recuperado.

Essa ação de você abrir as portas, ocupa espaços, cria uma dinâmica no bairro, e o bairro, independente de você ser artista plástico, não ser artista plástico, participa do evento “Portas abertas”, que vem num roldão de crescimento e desenvolvimento, apesar de não ser ter, para o bairro, para o bonde, que é o nosso bem cultural mais tradicional, uma política das autoridades públicas. Santa Teresa é um bairro a tal ponto abandonado que a nossa Região Administrativa está na Tijuca; qualquer coisa que a gente queira resolver, a gente vai para a Tijuca. Não sei por quê, mas é lá que nós estamos.

Então, quando você pensa numa política cultural, é preciso ressaltar essa coisa do cuidado que se tem, a possibilidade de você não dizer não a iniciativas particulares. Nós, hoje, temos 245 artistas que já vieram participando das diferentes edições. Na próxima edição, nós vamos contar com 70 artistas, com 54 ateliês abrindo, e não é só a gente que abre. A gente abre com a bandeira das artes plásticas, a gente faz questão de que as artes visuais sejam apresentadas, mas o bairro inteiro abre, o artesanato, o comércio, pequeno ou grande, os grandes restaurantes. Inventam-se restaurantes; o bairro inteiro, de alguma forma, e às vezes bem mais do que os artistas, conseguem desenvolver uma atividade econômica e uma remuneração para a sua atividade.

Isso é feito em cima de quê? Em cima de uma postura inicial, que foi abrir a porta, não se esconder. Em cima de uma tradição do bairro, que já existia; é um bairro que tem artistas trabalhando nele, primeiro, porque Santa Teresa já tinha artistas morando, participando do bairro, porque os casarões são muito altos, existem muitas janelas, existem muitas portas, e isso facilita a nossa atividade artística. Então, você tem muita tendência em Santa Teresa. Santa Teresa tem uma tradição e tem uma prática de artes plásticas que possibilitam que esse evento seja feito lá. Não adianta querer transportar eventos de Santa Teresa, e artes plásti-

cas, o “Portas abertas”, para o Andaraí, para a Tijuca, para o Grajaú, para Copacabana. Não tem nada a ver. A Gávea começou a ter, a Gávea tem uma série de ateliês de cerâmica e dá para acompanhar também.

O que a gente pensa? À medida que a gente tem a situação posta, no caso Santa Teresa, que são os ateliês, a atividade artística que está sendo desenvolvida, à medida que você tenha vontade política de executar essa tarefa e você não tem ninguém atrapalhando, dizendo que não, que não pode, porque não pode abrir porta, porque não pode abrir bandeira, senão você vai ter que fazer isso, isso e aquilo – você cria um movimento que, durante dez anos, vem dando certo e, hoje, permite que os artistas de Santa Teresa, os artistas plásticos só, em número de 80, tenham se associado. Nós temos, hoje, a possibilidade de uma galeria, a possibilidade de participar de um centro cultural. Há várias possibilidades de intercâmbio, a gente tem um circuito turístico ocorrendo.

Então, o que a gente pensa, o que a gente possa vir a contribuir aqui é que, quando se pensar na política cultural, primeiro se pense numa política que não diga “não”. Depois, uma política que cuide daquilo que o povo faz, que o povo já tem experiência de executar. Depois, uma política que seja facilitadora. São poucas as coisas que a gente precisa para executar um evento desses. Se, hoje, ele é maior, é porque a gente fez catálogo, tem mapas. A gente inventa em cima do próprio evento, mas o seu cerne é absolutamente simples e depende só de nós, artistas, executarmos isso.

Um outro pensamento que a gente tem é que “Artes de Portas Abertas” deveria dar certo, porque o Rio de Janeiro é uma cidade para fora, e isso faz parte da nossa cultura. Quem vem de fora, às vezes, reclama que a gente não convida o povo para ir para a nossa casa, mas a nossa cidade é tão bonita – que parece-me – tudo nosso é do lado de fora, não é? A gente marca encontros do lado de fora, os nossos amigos, os encontramos do lado de fora, a gente tem encontro na praia, no bar. A nossa vida é uma vida externa. Eu acho que a Cidade pede para ser vista. Então, “Abrir Portas”, tem a ver com isso. Eu acho que, por isso também, flui tanto o evento.

Quando se pensar numa política cultural, que se pense naquilo que a cidade já tem, não só em nível de estrutura, não só em nível de equipamento, não só em nível de prática, mas também aquilo que ela tem de alma. A gente precisa gostar dessa cidade, isso faz parte.

Eu vou aproveitar – enquanto carioca e de estar numa Casa que legisla sobre a gente – e dizer que se deve gostar desta cidade. A impressão que se tem, ao andar no Rio, com todos os números que a gente tem, com todos os pensamentos que a gente possa ter sobre o Rio, é que alguém não gosta do Rio.

O Rio é maltratado, o Rio é sujo, o Rio não está muito feliz. Há alguma coisa, e aí – eu digo, vamos entrar na área cultural, que vai permear absolutamente tudo, desde a atividade econômica até o jeito como estou falando aqui. O Rio precisa ser olhado quando se pensar num Plano Diretor. Não dá para pensar o Plano Diretor do Rio como se pensa para qualquer outra cidade. Eu acho que tem que se pensar num Plano Diretor que olhe para esta cidade, do jeito que culturalmente ela é: uma cidade para fora, uma cidade que gosta de rir, uma cidade que é absolutamente bela, e é uma cidade que é invejada.

Essas coisas todas fazem parte da cultura e fazem parte do Rio e precisam ser. Obviamente não dá para legislar sobre isso, não dá para botar isso numa lei, mas dá para ter isso presente, por isso eu falo de postura: dá para ter isso presente na hora de se legislar.

Eu acho que “Portas Abertas” é um evento – volto a dizer – de três dias. Ano passado, deu trabalho a trezentas e trinta pessoas. Ele fez com que os artistas se desenvolvessem, fez com que a gente já fosse várias vezes para o exterior, que a gente já recebesse artistas do exterior, que a gente aumentasse a nossa capacidade de trabalho. Ele fez o bairro ressurgir, e continua ressurgindo. E o que a gente precisa para – eu não sei – continuar se mantendo é não perder essa capacidade de aglutinação. Agora é que a gente está se organizando, mas até o momento nos aglutinamos. São pessoas que trabalham, são cariocas, não-cariocas, mas a gente tenta, e isso faz parte do grupo, quando o grupo se reúne.

A gente não quer fazer qualquer evento. Eu acho que também tem que se pensar nisso: na questão da qualidade. A gente tenta manter uma qualidade em artes plásticas mas a gente, também, sabe que não temos eventos de artes plásticas com qualidade, que é uma coisa mais ou menos restritas, quem sabe 54 por mês, o bairro inteiro de artes plásticas vem atrás, pede, espera e, na verdade, enriquece a nossa ação.

Eu não sei se isso que eu estou colocando, aqui, nesta Casa, ajuda um pouco a se pensar no Plano Diretor, porque ele é muito amplo, ele é muito norte para uma experiência que eu estou colocando, tão pequena, tão localizada, mas talvez a gente esteja aqui só para sinalizar isso que coisas pequenas, bem localizadas, num pequeno bairro do Rio que nem região administrativa tem, possa lembrar aos administradores da Cidade que nós temos o potencial de criatividade e nós temos um acervo que vem de toda essa história que foi colocada aqui, esse acervo, ele existe, mas há a impressão que a gente não quer ele, esse acervo está aí, ele vem desde a colônia, nenhuma cidade do Brasil tem acervo histórico que o Rio tem e o Rio finge que não é com ele.

Então, me parece que a única coisa que eu deveria contribuir, mesmo assim, no meio de tantas falas acadêmicas, tantas falas, tantos dados estatísticos, é apenas isso, se eu tivesse, hoje, o po-

der de dizer o que a gente faz com a cultura do Rio, eu falaria apenas uma coisa, vamos cuidar, cuidar, só isso.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) – Obrigado, Regina.

Agora vamos passar a palavra para as pessoas que estão no Plenário, pessoas que estão inscritas, a primeira inscrita é a Valéria Barbalho, sindicato dos engenheiros pelo fórum do Plano Diretor.

A SRA. VALÉRIA BARBALHO – Boa tarde, vou tentar não ser repetitiva, mas eu estou vendo que, hoje, acontece a mesma coisa que na semana passada, então, eu tenho que tocar nessa questão que eu acho fundamental.

Eu sei que o erro não é de um Vereador, a Comissão tem que analisar o que está acontecendo, mas um seminário que a gente vem aqui, ouve os palestrantes e não tem condições de debater, fazer perguntas e ouvir a resposta dos palestrantes, isso não é, no meu entender, não consiste num seminário. Então, eu quero deixar bem claro isso, eu não sei se haverá tempo dos palestrantes responderem, mas, certamente, os que saíram não vão responder.

Então, uma das minhas perguntas seria para o Secretário de Trabalho e Renda e ele não está mais presente, infelizmente.

O segundo ponto que tenho para a Comissão considerar, é em relação a essa questão do horário, está virando uma prática aqui, inaugurada pelo nosso Secretário de Urbanismo, as pessoas virem aqui, falarem e terem que sair, no mínimo até uma hora é o horário previsto do seminário, o palestrante que tem que sair ao meio dia, então, tem que mandar outro representante aqui. O que não pode é a gente ter um seminário, convidar para o seminário para dar parecer a uma hora, e a pessoa fala e tem que sair.

Então, isso não pode mais acontecer, eu acho que tem que ser examinado e reconsiderado pela Comissão porque a gente não está aqui para fazer papel de bobo, para ler, eu leio um livro, eu leio muitas coisas, não preciso vir aqui na Câmara para depois ler o que está sendo falado, a gente tem, aqui, um debate, as pessoas especialistas vêm falar, e não adianta chegar aqui com uma lista de contribuições para serem incorporadas ao Plano Diretor se a gente não puder debater, se a gente não puder dizer, e essas pessoas com suas listas debaterem com outros palestrantes. Quer dizer, a idéia é construir, que idéia a gente pode colocar no Plano Diretor para que a gente tenha uma cidade que a gente quer.

Bom, em relação às duas Mesas, eu vou falar as minhas perguntas, aqui, mas, infelizmente, seria para o Secretário de Trabalho e Renda no sentido que ele não tocou, em nenhum momento, vai ser, praticamente, um comentário. Mas é que ele não tocou em nenhum momento no que a Prefeitura tem feito para resolver

o problema. A palestra dele foi brilhante, em termos de análise do problema, mas só que não tocou em nenhum momento no que a Prefeitura tem feito. Eu imagino que como no nosso governo houve sucessão, ele é Secretário de Trabalho desde a gestão anterior, então, ele não comentou nenhuma ação que o Poder Executivo estivesse fazendo para atacar o problema do trabalho informal, entre outros. Fez muitas propostas que devem ser consideradas, inclusive, mencionou que o Plano Diretor de 1991 já contém muitos instrumentos para isso; só que não estão sendo usados, quer dizer, essa é que é a questão. Por quê? Porque que não estão sendo usados?

Os demais palestrantes deram contribuições excelentes, mas eu não vou nem me estender mais porque acho que eu gostaria de ouvir considerações sobre isso. Mas, sim, tendo em vista o que eu comentei: a idéia nossa é ter contribuições em relação a propostas para que a gente consiga um Plano Diretor. É bom.

Em relação à segunda Mesa, eu queria fazer um comentário, infelizmente, nós não tivemos aqui o Secretário de Cultura, mas uma única palestrante, e se puder, apesar de ter uma experiência bem específica, se puder comentar, se houver tempo, também, para comentar alguma coisa sobre a minha questão principal, que é sobre esse assunto, que é com relação à cultura, à forma como ela é apropriada pelo poder econômico.

O que eu estou querendo dizer com isso? Você vê uma Feira de São Cristóvão, por exemplo, que surge ali de uma cultura popular, realmente, apropriada pelo Poder Público e depois apropriada pelo poder econômico; hoje, na verdade, são grandes empresários que exploram aquilo ali, foi o que cresceu.

Isso aconteceu com a Rua do Lavradio, com os antiquários da Rua do Lavradio, com as casas da Rua do Lavradio, aconteceu com a Feira de São Cristóvão, e se não aconteceu com o “Portas Abertas” de Santa Tereza, imagino que em breve vai estar em vias de acontecer, ou deve ter uma pressão muito grande para que aconteça, porque essa é a lógica que nessa questão de cultura, sempre, ocorre no Rio de Janeiro.

Então, a minha contribuição é sugerir que se os palestrantes puderem comentar alguma coisa sobre esses assuntos.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Há mais duas pessoas inscritas, e como são três, faz-se a pergunta, aí, depois os palestrantes darão as respectivas respostas, certo?

Rosilene de Souza Carneiro e depois Inaldo Onório da Silva.

A SRA ROSILENE DE SOUZA CARNEIRO - Bom dia a todos.

Eu, como sempre, com as minhas reflexões, para ver se chega até a mente do povo carioca e daquelas pessoas que já vivem há

muito tempo na Cidade do Rio de Janeiro, maravilhosa, belíssima, e onde nasceu um filho meu, em Botafogo, e que ama esta Cidade.

Bom, com relação à política cultura, é satisfatória, no momento, principalmente para empresários que monopolizam, principalmente, o Centro do Rio de Janeiro.

Com relação a trabalho, emprego e renda, realmente, trabalho tem muito, inclusive, lá em casa, quer quiser fazer uma faxina, tem bastante para fazer.

É muito difícil falar de emprego. Até porque pessoas acumulam três, quatro, cinco empregos. E aí paira a má distribuição de rendas. Então já falei de rendas.

Com relação as minhas reflexões: o Plano Diretor é compromisso, é responsabilidade, é muito sério e precisa de acompanhamento, principalmente da Comissão, com informações e capacitações. O povo precisa saber, mesmo que não queira. E tudo que se executar deve ser com supervisão. É negociando, compartilhando com todos os interessados e a quem de direito com relação a esse Plano. Pessoalmente, aos envolvidos, as causas, as dificuldades e o que está se agravando na Cidade do Rio de Janeiro. Trabalhar, se possível, com margens para mostrar como é importante a participação e não apenas informações sobre projetos entre instituições, na indústria, nas tecnologias, nos seminários, subsídios, principalmente, nos recursos financeiros. E por aí vai. Considero meus próprios valores, independente dos valores dos meus semelhantes. Tenho uma missão a cumprir com dignidade, coragem e respeito, principalmente quando sou respeitada de igual para igual como pessoa e como cidadã. Necessário é investigar antes, para promover uma mudança de consciência na sociedade. E acima de qualquer coisa, o caráter é prioridade para que se viva organizado. Reconhecer do ser o que é, adquirindo hábitos com o modo de ser, sem deixar de ser o que é, sem deixar de ser o que é das pessoas, sem destruir.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - O próximo inscrito, Irenaldo Honório da Silva, Presidente da Comissão de Moradores de Cordovil e representante da Agenda 21 na AP-3.

O SR. IRENALDO HONÓRIO DA SILVA - Boa tarde a todos e à Mesa. Como a colega falou, pena que o Secretário não esteja presente para responder as perguntas que eu iria fazer a ele. Hoje, no nosso país, está havendo sério problema de desemprego, principalmente, e de renda. Como Presidente de uma Associação de Moradores de uma comunidade carente, vejo na pele a situação das pessoas. daquelas que não têm nada para dar para seus filhos ou trazer para suas casas. Muitas mulheres fazendo

papel de pai e mãe ao mesmo tempo; de ter de fazer algo para trazer para seus filhos para dentro de suas casas. Ou até mesmo avós, fazendo papel de avó, mãe e pai, ao mesmo tempo. Muitas vezes, mendigar no seu dia-a-dia, um pedaço de pão para trazer para dentro de casa. Hoje, eu iria perguntar ao Secretário, fala-se em números em várias situações, mas não se fala em qualificação profissional, principalmente. Não adianta falar em trabalho, sem qualificação profissional. Não adianta falar em emprego, sem qualificação profissional. Como os jovens de hoje que muitos não têm nem sequer a quarta série, nem o primeiro grau completo. E muita vez vão para a fila do emprego, até mesmo para o caixa em São Cristóvão, não empregam porque não têm qualificação profissional adequada. Falta mais em qualificação profissional para poder qualificar esse profissional para o mercado de trabalho. Porque muitas vezes ele é pressionado cada vez mais, jogado à mercê da sociedade.

Outra coisa que eu queria falar também, devemos hoje cuidar desses que estão crescendo agora, porque se não cuidar desses que estão crescendo agora, eles vão ser os futuros ladrões. Hoje uma criança vai para a escola, muitas vezes passa de ano sem saber nem ler e escrever, chega à quarta série sem saber ler e escrever. Qual vai ser o futuro desse jovem? Será que ele vai ter uma qualificação profissional no futuro? Não vai ter, infelizmente não vai ter. Então, eu peço que a sociedade, até mesmo o Plano Diretor pense mais nessa qualificação profissional. Não adianta falar em emprego, trabalho sem qualificação profissional. Se a pessoa não tiver uma qualificação profissional hoje, ela não está empregada. Vai para um banco de emprego, faz a ficha ali. Qual a qualificação que ele tem? Nenhuma. E muitas vezes ele não tem nem a quarta série. O Secretário falou em números, que a Prefeitura faz, mas o que a Prefeitura faz para qualificar essas pessoas para o mercado de trabalho? Que muitas vezes não têm nem o dinheiro da passagem para ir atrás do emprego. As pessoas acordam cinco horas da manhã, vão para uma fila de emprego, ficam ali mais de 200 pessoas, 300 pessoas, 500 pessoas, e muitas vezes não são empregadas. E muitos não têm o dinheiro da passagem para ir ao emprego. Muitos não têm dinheiro para tirar uma fotografia, muitos não têm dinheiro para tirar um documento sequer. E muitas pessoas, cada vez mais estão se afundando na lama neste país.

Outra coisa que eu queria falar também. A situação piora cada vez mais. Porque existe a grande máfia da pobreza. Porque enquanto houver pobres, muitos ricos enriquecem, muitos milionários ficam cada vez mais milionários. Por quê? Hoje existe a cestinha básica, que acham que vai resolver a situação. Chega numa casa, a mulher está lá com seis filhos, e falam: “vamos te dar uma cestinha básica para ajudar”. E essa cestinha básica fica só nessa cestinha básica. Não adianta. É um paliativo, não adianta isso. Tem que colocar essa pessoa realmente no mercado de tra-

balho. Mas, como eu falei, com qualificação profissional. Não adianta ela pegar aquela cestinha básica, se alimentar e vai continuar na mesma situação. O filho vai pedir de novo pão, o filho vai pedir de novo a sua alimentação, e essa família não vai ter. como muitas mães fazem papel de pai ao mesmo tempo. Muitas vendem seu próprio corpo para trazer dinheiro para dentro de casa. Então, era o que eu queria falar. Pena que o Secretário não esteja. Porque sem qualificação profissional não vai existir emprego.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Muito obrigado. Agora eu passo a palavra para o Sr. Adhemar Mineiro, se tiver considerações, depois o Sr. Mauro Osório, Sra. Tâmara.

O SR. ADHEMAR MINEIRO - Bom, vou fazer alguns comentários breves em função da hora. Comentando rapidamente o que a Valéria falou. Eu acho que a presença dos membros da Comissão aqui..., se a gente fosse avaliar se emprego é ou não um problema no Rio de Janeiro, pela presença de membros da Comissão nesse debate do Plano Diretor, a gente poderia avaliar que não é um problema no Rio de Janeiro, porque tem uma presença muito pequena dos Vereadores da Comissão nesse debate. Mas, como a gente viu aqui pelos dados, parece que isso não é verdade.

Então, eu acho que a gente tem que ver o que efetivamente está passando pela cabeça dos representantes da população do Município do Rio de Janeiro.

Segundo, eu queria aproveitar a intervenção do Irinaldo para fazer três considerações. Uma, eu acho que o Mauro já falou, mas acho que tem que ser reforçado. Não existe como resolver o problema de emprego e renda no Rio de Janeiro sem pensar nacionalmente, ou seja, você não vai resolver o problema do Rio de Janeiro. Por quê? Se eventualmente se conseguisse criar uma situação brilhante de emprego e renda na cidade, o máximo que você conseguiria fazer era atrair gente de outras partes do país para cá. Então, essa é uma questão nacional que tem especificidade no Rio de Janeiro, mas que não pode ser pensada a sua solução no nível do Rio de Janeiro apenas. A segunda questão que me chamou a atenção, que eu tinha marcado, mas esqueci de falar. Quando o Irinaldo falou aí da questão da mulher, eu lembrei aqui de citar esse número, do Rio de Janeiro: das regiões metropolitanas pesquisadas, é a maior desocupação feminina. Ou seja, além de qualquer coisa, todas as outras coisas, o Rio de Janeiro ainda tem isso: uma desocupação feminina maior de que em outras regiões metropolitanas. A desocupação não se distribui de forma igualitária, mas existe uma concentração entre as desocupadas, das mulheres. Então, é preciso também que quando se pensar em como resolver essa questão do emprego na cidade,

tomar medidas específicas no que diz respeito à situação da mulher.

E o último ponto, que foi falado, relacionando à questão do I-rinaldo com a questão que o Mauro tinha colocado. Ou seja, essa questão da qualificação profissional é importante, mas não resolve o problema. No Rio de Janeiro, hoje, o problema pareceu contrário, ou seja, você tem uma população com um nível de escolaridade até maior de que em outras regiões metropolitanas do Brasil, e, o dinamismo da economia é menor. Hoje, você quando abre concurso para gari no Rio de Janeiro, você tem profissionais de nível superior disputando esse emprego, que é uma barbaridade e uma injustiça até com o nível de qualificação exigido, que não seria esse. Provavelmente essas pessoas estão “roubando” emprego de quem poderia, digamos, trabalhar como gari. Mas não vai conseguir, porque o engenheiro ou um outro profissional de nível superior vai acabar ocupando esse espaço. Então, a qualificação profissional, na verdade, eu vi um pesquisador da Sepal uma vez usar essa imagem, que eu gostaria de reproduzir: ela funciona quando você tem uma parte da força de trabalho mais qualificada do que o resto. É a imagem que ele usou. É como se você paga um show e aí uma parte do pessoal se coloca na ponta dos pés. Então, aquele pessoal que se colocou na ponta dos pés vai ver o show melhor. Isso seria o pessoal mais qualificado. Mas se você qualifica todo mundo por igual está todo mundo na ponta dos pés, quer dizer, está todo mundo vendo o show da mesma forma que estava vendo antes de ficar na ponta dos pés e está ficando mais cansado. Porque está fazendo esforço extra de ficar na ponta dos pés. Então, a qualificação profissional é um mecanismo de diferenciação entre os trabalhadores. No momento em que você generaliza os programas de qualificação profissional, ele já não resolve o problema de emprego, porque só é capaz de resolver pela desigualdade entre os trabalhadores. Ou seja, um empregador tendo um profissional mais qualificado e um menos qualificado vai escolher o mais qualificado. Agora, se toda população está muito qualificada, o problema voltou a ser exatamente o mesmo que era antes de você ter a qualificação. Eu só queria fazer essa consideração, porque senão fica parecendo que disseminar programas de qualificação profissional, que é uma coisa importante, mas que isso seria a solução mágica para o problema de emprego no país.

Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Sr. Mauro.

O SR. MAURO OSÓRIO - Só fazer uma colocação rápida e explicar que tenho uma reunião também às duas horas e me organizei para sair às duas horas, exatamente por conta do horário

do evento. É na Faculdade Nacional de Direito, que estava numa desestruturação muito grande, que até acho que tem relação com a desestruturação do Rio. E eu que tenho que coordenar essa reunião lá, agora.

Só me colocando um pouquinho com relação às colocações da Regina e com relação a Prof^a Tâmara, eu concordo integralmente também com a questão das diversas atividades econômicas. Quer dizer, eu concordo integralmente que, na verdade, você tem que trabalhar da questão social, da sociedade para a questão econômica. E a questão social é que tem que ter a centralidade. Quer dizer, eu acho que economistas como Richmann, como Merdhal, trabalham a partir dessa lógica. Tem um trabalho de uma pessoa chamada Robert Putman, que fez um trabalho sobre a Itália, no qual ele mostra que a partir da criação dos governos regionais na Itália, as regiões que mais ganharam foram aquelas que tinham mais cidadania, relações sociais mais organizadas, enfim, até um autor polêmico, mas essa questão, ele coloca bastante bem, ele ficou estudando durante trinta anos, a questão da organização social, da organização da sociedade civil e do ponto de vista da cidadania, da igualdade, é absolutamente fundamental partir da questão social para a questão econômica e vai inclusive gerar um dinamismo econômico muito mais consistente, muito mais duradouro, muito mais igualitário. Só queria fazer uma ponderação de que economistas têm dificuldade de pensar assim, realmente às vezes pode ser complicado, a idéia de que os “more beautiful”, necessariamente tem que colocar um contra o outro. É uma questão de hegemonia. Por exemplo, o caso Lessa. Ninguém vai acusá-lo de ser um economista que não pensa a partir da centralidade da questão social, quando ele pensa Porto Sepetiba, com a centralidade grande, como um projeto âncora para a Cidade Estado do Rio de Janeiro, a gente não pode deixar de pensar grandes projetos também, grandes projetos que estejam subordinados à questão da ampliação da cidadania, não necessariamente acredito que o Pan-Americano tenha que ser, necessariamente, ruim. A questão é como você organiza, qual é a cidadania, o Porto de Sepetiba pode ser péssimo para a população se a questão ambiental não estiver no central desse projeto, mas pode ser uma coisa excelente do ponto de vista de emprego, de renda, enfim, depende de como essa questão vai estar sendo organizada e realmente uma visão mais macro que, eventualmente, projetos âncoras podem ser absolutamente fundamentais e vitais. Quero parabenizar, como o Adhemar de uma forma indireta, já tinha colocado, o Vereador Eliomar Coelho por sua luta aqui na Câmara de Vereadores e pela iniciativa, espero que isso se dissemine mais e agradeço muito a oportunidade e possibilidade de estar aqui. Quero dizer que vou ter que sair correndo para uma outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Obrigado, Mauro Osório. Obrigado pela contribuição. Passo a palavra à Sra. Regina Marconi.

A SRA. REGINA MARCONI - Você tem razão na questão da apropriação. Na verdade nós, no ano passado, criamos uma Associação de Artistas lá em Santa Teresa, exatamente para poder resistir a isso. Se nós não tivéssemos criado a nossa desorganização teria feito com que o evento fugisse das mãos dos artistas e se transformasse numa coisa que nós não conseguimos visualizar bem o quê. Mas eu não sei como se criam defesas para isso. A experiência que nós tivemos foi da organização de quem tinha o objeto principal nas mãos, no caso os artistas, seus ateliês, seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Obrigado, Regina. Com a palavra Tâmara Tânia Cohen Egler.

A SRA. TÂMARA TÂNIA COHEN EGLER - São três colocações, apesar da Valéria não ter dirigido a pergunta a mim, eu quero sublinhar, vou comentar a pergunta que ela fez ao ausente porque acho que é muito importante a sua observação, no sentido de compreendermos o que é que a Cidade do Rio de Janeiro está fazendo no âmbito dessas relações. Eu, realmente, quando preparei a minha fala, essa questão se colocou para mim e eu comentaria a importância de nós percebermos como existe uma esquizofrenia, na prática política, no que se refere ao mercado informal. De um lado se proíbe, do outro lado estimula. Então, nós temos um conjunto de programas, de micro créditos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que estimulam a ação individual e de outro lado proíbem a ação das pessoas no lugar. Também quero comentar a fala da Regina no sentido de que basta a gente cuidar. Foi muito oportuna a apresentação da Regina porque é isso o que a gente tem que fazer: cuidar e permitir que as pessoas façam, liberar, quanto à questão da qualificação, ela é muito importante porque nós estamos diante de um novo momento histórico e não podemos pensar em manter as formas de trabalho anteriores, mas reinventar novas formas de trabalho.

Tem uma imagem de um autor lá, que fala assim: “o computador foi para casa e o trabalhador levou o trabalho para dentro da casa”.

Então, eu penso que a inclusão digital é fundamental para se constituírem novas formas de trabalho. O que nós precisamos é aliar, não é ficar pensando que “small is beautiful”. Eu considero que é preciso constituir novas redes sociais através de formas tecnológicas as mais avançadas.

Então, é preciso compor isto do lugar e da tecnologia avançada. Eu sublinho a importância da qualificação profissional no sentido de que ela é necessária. As pessoas querem qualificação

profissional e o estado tem que responder àquilo que está sendo demandado pela sociedade e essa é a terceira fala, que é uma fala mais de natureza da condição humana, da dignidade, do compromisso, da responsabilidade, da capacitação, da supervisão, do compartilhamento, enfim. É através da valorização desses sentidos que a gente pode constituir a integração social.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ELIOMAR COELHO) - Obrigado, Tâmara.

Eu quero, antes de encerrar, agradecer profundamente aos palestrantes e quero registrar a presença do Vereador Guaraná, que esteve aqui e a presença do Vereador Dr. Adilson Soares, o tempo todo presente na nossa Mesa de hoje, pedindo inclusive desculpas ao Plenário por mais uma vez ter existido atropelos. Estamos tentando corrigir, mas não é fácil.

Está encerrada a Sessão.

Muito obrigado a todos.

(PALMAS)

(Encerra-se o Seminário às treze horas e quarenta e oito minutos)

Anexo ao pronunciamento do Sr. Otávio Leite, Vice-Prefeito do Município do Rio de Janeiro.

Taxa de desocupação por região metropolitana

Mês/Ano	TOTAL	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Jan/03	11,2	11,7	15,2	9,8	8,3	13,0	7,9
fev/03	11,6	12,1	15,0	10,1	8,6	13,6	8,6
mar/03	12,1	12,7	16,2	10,3	9,1	13,9	10,0
abr/03	12,4	14,0	16,7	10,5	9,2	14,3	9,8
mai/03	12,8	15,1	17,3	11,0	9,6	14,6	10,2
jun/03	13,0	14,9	17,9	12,1	9,8	14,5	10,2
jul/03	12,8	14,2	17,6	11,4	9,6	14,5	9,5
ago/03	13,0	15,0	17,6	12,1	9,5	14,9	9,8
set/03	12,9	15,0	17,6	10,8	9,7	14,8	10,1
out/03	12,9	14,4	17,0	11,2	9,4	15,0	10,1
nov/03	12,2	14,0	16,4	10,3	8,9	14,0	9,4
dez/03	10,9	12,1	15,7	10,4	8,6	11,8	7,9
Jan/04	11,7	12,8	16,2	12,3	8,9	12,9	7,6
fev/04	12,0	12,7	17,1	11,9	8,6	13,6	8,5
mar/04	12,8	12,6	17,1	12,1	9,8	14,6	9,6
abr/04	13,1	14,3	16,6	11,4	10,7	14,5	10,7
mai/04	12,2	13,3	16,2	10,9	9,6	13,6	9,7
jun/04	11,7	12,8	14,9	10,5	8,9	13,3	9,5
jul/04	11,2	13,4	14,9	10,7	8,1	12,5	8,9
ago/04	11,4	13,5	16,6	10,2	8,6	12,6	8,5
set/04	10,9	12,4	15,6	10,2	8,8	11,7	8,7
out/04	10,5	12,1	15,6	9,6	8,5	11,2	7,6
nov/04	10,6	11,2	15,9	9,2	9,4	11,2	7,8
dez/04	9,6	11,1	15,4	8,5	8,5	9,8	6,6
Jan/05	10,2	12,2	15,8	9,8	7,4	11,1	7,0

Municípios do Nível e Composição da Renda, 1991 e 2000

Municípios da Região RMRJ

Código	Município	Renda per Capita , 1991	Renda per Capita , 2000	% da renda proveniente de transferências governamentais, 1991	% da renda proveniente de transferências governamentais, 2000
330045	Belford Roxo (RJ)	138,25	182,33	11,04	13,5
330170	Duque de Caxias (RJ)	175,73	226,14	12	14,5
330185	Guapimirim (RJ)	143,76	234,77	14,81	16,15
330190	Itaboraí (RJ)	141,05	202,29	13,81	13,67
330227	Japeri (RJ)	125,15	156,45	13,65	13,73
330250	Magé (RJ)	134,23	209,61	15,66	18,06
330320	Nilópolis (RJ)	215,98	298,3	14,83	20,5
330330	Niterói (RJ)	552,07	809,18	18,29	18,42
330350	Nova Iguaçu (RJ)	170,39	237,5	12,61	14,83
330360	Paracambi (RJ)	167,67	269,85	22,48	23,79
330414	Queimados (RJ)	130	183	11,62	13,69
330455	Rio de Janeiro (RJ)	454,92	596,65	16,37	18,46
330490	São Gonçalo (RJ)	198,68	268,79	14,72	16,34
330510	São João de Meriti (RJ)	168,9	233,12	12,88	16,14
330555	Seropédica (RJ)	151,42	234,75	13,94	15,54
330575	Tanguá (RJ)	110,68	180,78	15,26	12,15

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

% da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 1991	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 2000	% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais, 1991	% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais, 2000
81,58	64,68	8,14	11,63
81,95	66,1	8,94	11,88
78,53	68,31	11,06	13,93
80,16	68,14	10,66	10,96
78,55	63,31	10,17	12,31
78,5	64,47	12,45	15,46
79,18	64,65	11,82	17,4
76,07	60,8	15,84	16,01
80,18	66,12	9,68	12,7
72,86	61,32	17,66	20,28
79,45	62,95	8,4	11,55
76,11	63,73	13,55	16
79,93	67,01	11,38	13,65
80,82	68,36	9,52	13,65
80,85	66,77	11,46	12,92
81,33	62,08	11,26	8,9

Tabela 10.1.3

Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente, segundo as Grandes Regiões e suas capitais - 1999-2002
(R\$ milhões)

Grandes Regiões, Unidades da Federação do Sudeste e suas capitais	1999	2000	2001	2002
Brasil	873 845	1 181 255	1 198 736	1 348 028
Norte	43 317	50 650	57 026	67 790
Nordeste	127 673	144 135	157 302	181 933
Sudeste	567 221	636 394	684 730	758 374
Minas Gerais	93 748	106 169	113 530	125 389
Município de Belo Horizonte	14 422	16 061	17 048	18 623
Espírito Santo	18 772	21 530	22 538	24 723
Município de Vitória	5 176	5 934	6 511	6 723
Rio de Janeiro	114 419	137 877	148 033	170 114
Município do Rio de Janeiro	54 083	57 754	59 636	62 862
São Paulo	340 281	370 819	400 629	438 148
Município de São Paulo	112 548	127 437	134 306	140 066
Sul	172 856	193 534	213 389	237 729
Centro-Oeste	62 779	76 542	86 288	100 202

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais - Contas Regionais do Brasil 1985-2000.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

(...) Dado numérico não disponível.

Tabela 16.1.2

Produto Interno Bruto per capita do Brasil, segundo as Grandes Regiões,
Unidades da Federação do Sudeste e suas capitais - 1999-2002

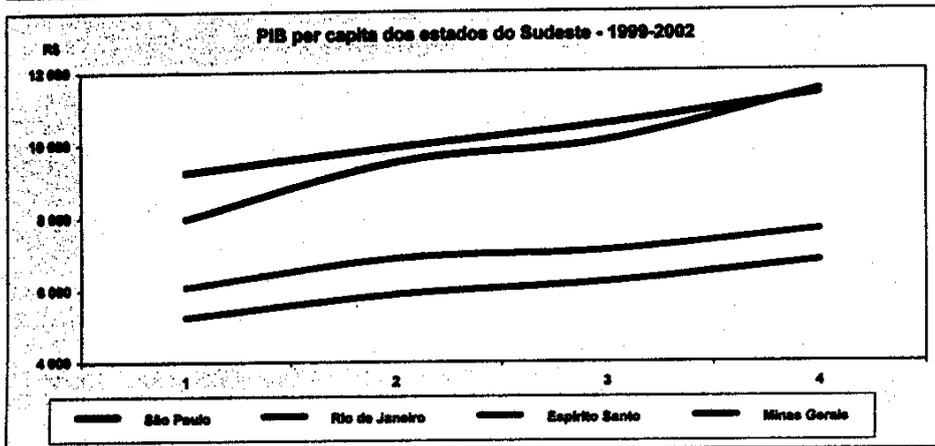
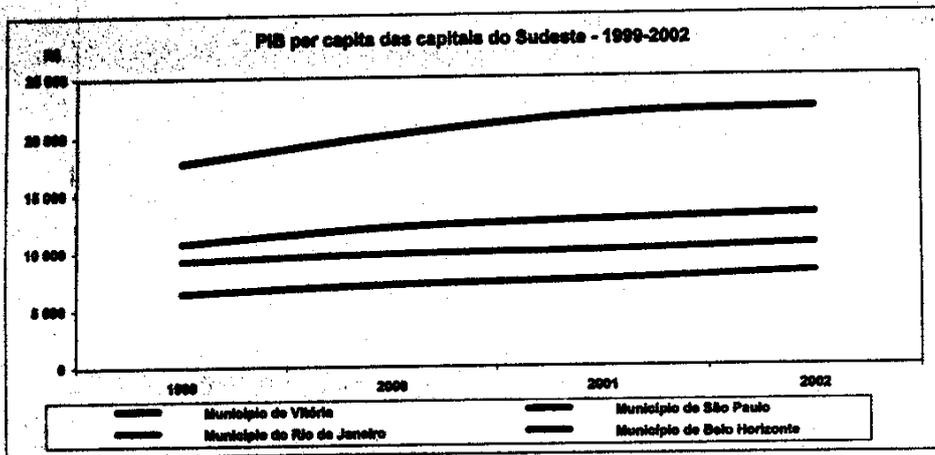
Grandes Regiões, Unidades da Federação do Sudeste e suas capitais	1999	2000	2001	2002
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Brasil	5 771	6 430	6 896	7 631
Norte	3 392	3 871	4 255	4 939
Nordeste	2 688	2 998	3 233	3 694
Sudeste	7 881	8 713	9 240	10 066
Minas Gerais	5 269	5 888	6 215	6 775
Município de Belo Horizonte	6 471	7 130	7 488	8 093
Espírito Santo	6 105	6 880	7 078	7 631
Município de Vitória	17 799	20 152	21 836	22 269
Rio de Janeiro	7 991	9 513	10 092	11 459
Município do Rio de Janeiro	9 260	9 818	10 067	10 537
São Paulo	9 251	9 919	10 547	11 353
Município de São Paulo	10 824	12 154	12 704	13 139
Sul	6 922	7 650	8 326	9 157
Centro-Oeste	5 442	6 498	7 177	8 166

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais - Contas Regionais do Brasil 1995-2000.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

(...) Dado Numérico não disponível.

São Paulo	9 251	9 919	10 547	11 353
Rio de Janeiro	7 991	9 513	10 092	11 459
Espírito Santo	6 105	6 880	7 078	7 631
Minas Gerais	5 269	5 888	6 215	6 775
Município de Vitória	17 799	20 152	21 836	22 269
Município de São Paulo	10 824	12 154	12 704	13 139
Município do Rio de Janeiro	9 260	9 818	10 067	10 537
Município de Belo Horizonte	6 471	7 130	7 488	8 093



Indicadores de Pobreza, 1991 e 2000

Municípios da Região RMRJ

Código	Município	% de indigentes, 1991	% de indigentes, 2000	% de pobres, 1991	% de pobres, 2000
330045	Belford Roxo (RJ)	13,49	13,97	37,1	29,92
330170	Duque de Caxias (RJ)	9,04	12,37	28,8	26,85
330185	Guapimirim (RJ)	17,88	10,08	46,88	27,18
330190	Itaboraí (RJ)	15,64	12,87	40,23	28,85
330227	Japeri (RJ)	15,52	19,33	43,7	39,32
330250	Magé (RJ)	15,87	12,17	41,83	28,34
330320	Nilópolis (RJ)	5,66	7,4	20,47	16,51
330330	Niterói (RJ)	4,39	3,87	13,79	9,91
330350	Nova Iguaçu (RJ)	12,04	11,14	32,72	25,03
330360	Paracambi (RJ)	11,8	7,33	33,55	20,15
330414	Queimados (RJ)	13,68	13,41	38,15	30,59
330455	Rio de Janeiro (RJ)	5,6	5,75	16,36	13,32
330490	São Gonçalo (RJ)	7,82	7,38	24,43	18,85
330510	São João de Meriti (RJ)	8,73	8,86	27,09	20,81
330555	Seropédica (RJ)	14,72	12,35	37,63	28,88
330575	Tanguá (RJ)	16,49	11,91	50,47	28,15

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

% de crianças indigentes, 1991	% de crianças indigentes, 2000	% de crianças pobres, 1991	% de crianças pobres, 2000	Intensidade da pobreza, 1991	Intensidade da pobreza, 2000
19,01	20,05	47,16	41,32	41,37	49,45
13,72	18,79	38,86	38,54	37,9	48,77
24,06	15,68	57,33	38,14	42,38	39,89
22,51	19,41	50,08	40,07	41,93	46,88
21,09	28,41	53,86	51,81	41,02	50,59
22,48	18,22	53,34	39,31	42,33	45,5
9,34	12,23	29,24	24,72	35,51	46,51
8,06	7,5	22,32	18,35	38,51	43,93
17,46	16,67	43,22	35,66	42,3	47,82
18,74	11,44	42,55	31,4	42,01	43,6
18,21	18,41	47,27	40,81	42,05	46,55
9,33	10,28	25,58	23,26	40,88	46,9
11,86	11,74	33,15	28,4	38,51	43,44
12,98	13,42	38,18	30,05	39,11	46,08
20,68	17,89	48,95	39,06	43,59	45,24
25,05	18,03	62,22	38,75	39,9	44,77

Intensidade da Indigência, 1991	Intensidade da Indigência, 2000
39,96	63,99
37,56	64,56
37,1	53,62
35,96	60,04
39,49	62,6
38,15	60,2
40,97	59,79
38,76	66,19
43,1	63,56
45,12	54,48
39,97	62,18
47,08	65,02
36,41	60,89
39,66	63,08
37,69	53,78
34,4	55,48

Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000					
Municípios da Região RMRJ					
Código	Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000
330045	Belford Roxo (RJ)	0,671	0,742	0,596	0,642
330170	Duque de Caxias (RJ)	0,7	0,753	0,636	0,678
330185	Guapimirim (RJ)	0,639	0,739	0,602	0,684
330190	Itaboraí (RJ)	0,657	0,737	0,599	0,659
330227	Japeri (RJ)	0,643	0,724	0,579	0,616
330250	Magé (RJ)	0,663	0,746	0,591	0,665
330320	Nilópolis (RJ)	0,743	0,788	0,67	0,724
330330	Niterói (RJ)	0,817	0,886	0,827	0,891
330350	Nova Iguaçu (RJ)	0,707	0,762	0,63	0,686
330360	Paracambi (RJ)	0,681	0,771	0,628	0,707
330414	Queimados (RJ)	0,661	0,732	0,585	0,642
330455	Rio de Janeiro (RJ)	0,798	0,842	0,794	0,84
330490	São Gonçalo (RJ)	0,725	0,782	0,656	0,707
330510	São João de Meriti (RJ)	0,707	0,774	0,629	0,683
330555	Seropédica (RJ)	0,688	0,759	0,611	0,684
330575	Tanguá (RJ)	0,625	0,722	0,558	0,64

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

IDHM-Longevidade, 1991	IDHM-Longevidade, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000
0,63	0,711	0,787	0,873
0,669	0,708	0,796	0,873
0,593	0,69	0,722	0,843
0,63	0,708	0,742	0,844
0,626	0,694	0,724	0,863
0,64	0,711	0,758	0,863
0,685	0,708	0,874	0,933
0,717	0,808	0,908	0,96
0,675	0,717	0,815	0,884
0,65	0,708	0,765	0,897
0,63	0,69	0,768	0,865
0,714	0,754	0,887	0,933
0,686	0,742	0,834	0,896
0,669	0,744	0,822	0,895
0,668	0,712	0,786	0,882
0,629	0,69	0,687	0,837

16

Analfabetismo Funcional por Faixa Etária da População, 1991 e 2000
Municípios da Região RMRJ

Código	Município	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000
330045	Belford Roxo (RJ)	65,33	49,08	23,02	12,44
330170	Duque de Caxias (RJ)	62,89	44,49	20,78	10,88
330185	Guapimirim (RJ)	74,87	52,49	33,22	16,57
330190	Itaboraí (RJ)	71,08	53,67	30,03	14,83
330227	Japeri (RJ)	71,6	56,27	33,11	12,37
330250	Magé (RJ)	65,6	49,41	24,41	13,03
330320	Nilópolis (RJ)	56,49	40,06	12,29	6,22
330330	Niterói (RJ)	47,48	33,95	12,06	5,64
330350	Nova Iguaçu (RJ)	62,81	46,7	20,56	11,44
330360	Paracambi (RJ)	61,97	42,49	20,22	5,35
330414	Queimados (RJ)	67,87	51,3	27,9	11,48
330455	Rio de Janeiro (RJ)	50,4	37,54	13,14	6,94
330490	São Gonçalo (RJ)	56,69	41,47	16,63	8,43
330510	São João de Meriti (RJ)	61,7	43,89	19,31	9,68
330555	Seropédica (RJ)	68,21	48,7	27,4	13,92
330575	Tanguá (RJ)	79,72	53,78	40,01	21,99

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000	% 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 2000
14,93	11,5	29,86	23,05
13,07	10,04	27,01	21,37
25,98	16,17	42,76	27,47
25,02	14,74	40,13	29,18
20,76	16,63	40,25	29,58
18,86	13,17	34,45	25,03
8,79	5,19	18,71	12,92
9,53	5,69	14,08	10,67
13,77	10,05	26,65	20,54
17,93	9,13	36,75	25,21
17,71	13,62	34,28	24,23
10,94	7,3	16,34	12,87
12,59	8,02	24,24	18,22
11,67	7,96	23,73	17,76
18,5	12,21	33,26	24,14
32,68	24,19	49,05	37,61

Taxa de fecundidade, 1991 e 2000					
Municípios da Região RMRJ					
Código	Município	Taxa de fecundidade total, 1991	Taxa de fecundidade total, 2000	% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos, 1991	% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos, 2000
330045	Belford Roxo (RJ)	2,57	2,32	...	0,6
330170	Duque de Caxias (RJ)	2,42	2,41	...	0,3
330185	Guapimirim (RJ)	3	2,63	...	0,87
330190	Itaboraí (RJ)	2,63	2,39	...	0,54
330227	Japeri (RJ)	2,97	2,57	...	0,77
330250	Magé (RJ)	2,79	2,42	...	0,19
330320	Nilópolis (RJ)	1,99	1,95	...	0
330330	Niterói (RJ)	1,76	1,61	...	0,6
330350	Nova Iguaçu (RJ)	2,35	2,17	...	0,52
330360	Paracambi (RJ)	2,31	2,01	...	0,46
330414	Queimados (RJ)	2,74	2,51	...	0,39
330455	Rio de Janeiro (RJ)	1,86	1,87	...	0,41
330490	São Gonçalo (RJ)	1,99	1,9	...	0,39
330510	São João de Meriti (RJ)	2,35	2,27	...	0,43
330555	Seropédica (RJ)	2,68	2,58	...	0,4
330575	Tanguá (RJ)	2,99	2,73	...	1,05

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 1991	% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 2000
6,13	9,71
6,48	10,31
5,26	7,04
5,09	10,04
12,29	14,85
9,24	10,23
4,74	9,32
3,41	7,34
5,21	9,1
7,44	12,31
6,51	8,95
4,69	7,56
5,52	7,2
6,23	7,57
6,1	13,36
4,59	12,29

100%

7 100%

Indicadores do Potencial de Atendimento Qualificado de Serviços Prioritários, 1991 e 2000					
Municípios da Região RMRJ					
Código	Município	% de enfermeiros com curso superior, 1991	% de enfermeiros com curso superior, 2000	Número de médicos por 1000 habitantes, 1991	Número de médicos por 1000 habitantes, 2000
330045	Belford Roxo (RJ)	1,3	12	0,03	0,19
330170	Duque de Caxias (RJ)	6,59	13,39	0,09	0,2
330185	Guapimirim (RJ)	0,07	0,03	0,25	0,27
330190	Itaboraí (RJ)	5,23	12,89	0	0,46
330227	Japeri (RJ)	0	9,72	0	0,15
330250	Magé (RJ)	2,92	4,89	0,08	0,33
330320	Nilópolis (RJ)	8,96	12,33	0,25	0,44
330330	Niterói (RJ)	31,4	36,86	6,87	7,27
330350	Nova Iguaçu (RJ)	5,66	11,81	0,35	0,89
330360	Paracambi (RJ)	0,02	8,38	1,78	0,22
330414	Queimados (RJ)	0	4,16	0	0,31
330455	Rio de Janeiro (RJ)	15,41	21,6	3,87	3,68
330490	São Gonçalo (RJ)	7,41	13,36	0,3	0,36
330510	São João de Meriti (RJ)	3,37	5,19	0,07	0,2
330555	Seropédica (RJ)	9,45	14,09	0	0,14
330575	Tanguá (RJ)	0,12	0,15	0	0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

% de professores do fundamental com curso superior, 1991	% de professores do fundamental com curso superior, 2000
17,36	16,13
32,45	34,65
6,41	2,74
11,13	16,14
30,48	16,44
11,68	13,47
30,91	28,46
40,81	53,33
29,73	20,46
3,93	5,46
16,78	16,13
43,82	42,44
16,68	19,03
20,85	25,89
23,52	15,46
11,31	15,59

Qualidade do Ensino

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Regina Marconi Franco, Ricardo Azevedo Gualberto (F.P), Dario Paulo Manhães, Jocelene de Assis Ignácio, Tamara Tânia Cohen Egler, Isabel Cristina da Costa Cardoso, Dinair Fernandes dos Santos, Valéria Barbalho (Sind. dos Engenheiros e Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor, Gilberto Braga (Coordenador Político Vice-Prefeito-Rio), Rosirene de Souza Carneiro (Com. Rua do Lavradio – Femulher - Fórum de Participação P.D.C-RJ), Paulo Saad (Sarj – Fórum Acompanhamento do Plano Diretor), Célio Murillo da Costa, Clezo (Simonsen), Carmem Lúcia Petraglia (Banco da Mulher), Cristina Micaêlo (Secretaria Especial de Turismo – PCRJ), Maria de Lourdes Cone (SMTB – Coordenadora Populações Marginalizadas), Robson Patrocínio de Souza (PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – RJ), Helena Galiza (Caixa Econômica Federal), Maria Inez Thiebaut (Fórum Pop. Acomp. Plano Diretor – Membro Amur), Virginia Murad (Gabinete Vereador Eliomar Coelho), Eduardo Botelho (Gabinete Vereador Eliomar Coelho), Luiz Carlos França (Gabinete Vereador Eliomar Coelho), Miriam Danowski (PM – Búzios), Luiz F. Taranto (Gabinete Vereador Stepan Necessina), Nina Maria de Carvalho Elias Tabha (IPP/PCRJ), Antônio Edson Maia Pessoa (IBDC), Maria Alice Martins de Souza (Plano Estratégico – RJ), Ana Lucia Nunes Pragana (Arquiteta – Caixa – Des. Urb), Maria de Lourdes P. M. Costa (ABEA Profa. EAU/UFF), Gilmar Mascarenhas (Geógrafo – Professor Uerj – Fórum Orçamento), Olívio Bonne (Gabine-

te Vereador Eliomar Coelho), Josinete Maria Pinto (Cedac), Luiz Franklin Mattos (Grude/Apedema-RJ).